

**RELATÓRIO**

**e CONTAS**

**2019**



**VALONGO • CÂMARA MUNICIPAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

Introdução . . . . .	3
Mapas	
Análise Patrimonial:	
Estrutura da evolução patrimonial . . . . .	8
Demonstração de resultados por natureza . . . . .	9
Acréscimos e diferimentos . . . . .	10
Rácios de análise financeira . . . . .	11
Estrutura e execução da Receita:	
Receita cobrada . . . . .	13
Receitas próprias . . . . .	14
Receita fiscal . . . . .	15
Transferências . . . . .	17
Estrutura e execução da Despesa:	
Quadro demonstrativo das diferentes fases da Despesa . . . . .	21
Comparação das diversas fases da Despesa . . . . .	22
Despesas de funcionamento . . . . .	23
Análise comparativa da despesa de bens e serviços . . . . .	24
Recursos humanos . . . . .	25
Estrutura habilitacional do Pessoal, por nível de escolaridade, segundo género . . . . .	26
Estrutura etária do Pessoal ao serviço da Autarquia . . . . .	27
Formação . . . . .	28
Nacionalidade dos trabalhadores no exercício de funções . . . . .	29
Transferências . . . . .	30
Encargos da dívida de empréstimos . . . . .	31
Limite da dívida total . . . . .	32
Stock da dívida . . . . .	33
Empréstimos a médio e longo prazos . . . . .	35
Estrutura e execução de investimento . . . . .	36
Grandes Opções do Plano . . . . .	37
Despesa de investimento e fontes de financiamento . . . . .	38
Relação Receitas e Despesas e suas componentes . . . . .	39
Análise gráfica da estrutura da execução do orçamento . . . . .	40
Execução global do Orçamento:	
Taxas de execução e desvios orçamentais . . . . .	41
Receita prevista/ cobrada . . . . .	42
Despesa prevista/Compromissos e Pagamentos . . . . .	43
Eleitos Locais . . . . .	44
Evolução de rácios . . . . .	45
Estrutura evolutiva do Orçamento:	
Evolução da Receita . . . . .	46
Evolução da Receita fiscal . . . . .	47
Evolução da Despesa . . . . .	48
Contabilidade de Custos . . . . .	50

**DOCUMENTOS de PRESTAÇÃO de CONTAS**

Balço	53
Demonstração de resultados	56
Anexos às Demonstrações Financeiras:	
Notas ao Balço e à Demonstração de Resultados	57
Ativo bruto	58
Amortizações e Provisões	59
Relação de bens abatidos e alienados	60
Mapa das participações financeiras	61
Contas de ordem	63
Demonstração do custo mercadorias vendidas matéria consumidas	64
Demonstração dos resultados financeiros	64
Demonstração dos resultados extraordinários	65
Mapas de execução orçamental:	
Controlo Orçamental da Receita	67
Controlo Orçamental da Despesa	71
Grandes Opções do Plano:	
Execução anual do Plano Plurianual de Investimentos	75
Execução anual das Atividades Mais Relevantes	82
Contas de ordem	88
Fluxos de caixa	89
Operações de tesouraria	94
Modificações ao Orçamento:	
Receita	96
Despesa/ Segundo natureza económica	97
Despesa/ Segundo natureza orgânica	98
Plano Plurianual de Investimentos	99
Notas sobre processo orçamental e respetiva execução:	
Transferências:	
Despesa	100
Receita	107
Endividamento:	
Empréstimos	108
Outras dívidas a terceiros	110

**ANEXOS**

Listagem anual das subvenções públicas concedidas pelo Município, no ano 2018	113
Declarações no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro	115

**RELATÓRIO**

**de GESTÃO**

**2019**



**VALONGO • CÂMARA MUNICIPAL**

## RELATÓRIO DE GESTÃO

### Introdução

No intuito de dar cumprimento ao disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo Municipal procede à apresentação do Relatório e Contas, referente ao exercício financeiro de 2019, tendo em vista a sua apreciação e votação pelo Órgão Deliberativo, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do dispositivo legal supra mencionado, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo da verificação da legalidade por parte dos Órgãos da Tutela.

O presente Relatório e Contas do Município foi elaborado de acordo com o preceituado no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99, de 14 de setembro, Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de dezembro, Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 5 de abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, que aprovou o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), refletindo a atividade desenvolvida pela Autarquia relativa ao ano 2019. Dos conteúdos, objeto do Relatório de Gestão, destacam-se os dados relativos aos meios humanos, à situação financeira e patrimonial, relevando a execução orçamental, através dos quais são disponibilizadas informações sobre a execução das receitas e das despesas previstas no Orçamento de 2019.

Os documentos de prestação de contas individuais deverão ser enviados ao Órgão Deliberativo acompanhados da Certificação Legal das Contas e respetivo parecer emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 3 do art.º 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto.

Em cumprimento da alínea ww) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os documentos em apreço, elaborados de acordo com as Resoluções n.ºs 4/2001 – 2ª Secção, de 12 de julho e n.º 7/2018, publicada em Diário da República de 9 de janeiro de 2019 (2ª série), ambas do Tribunal de Contas (TdC) constituem elementos de remessa eletrónica obrigatória para o TdC, que seriam enviados até 30 de abril de 2019, nos termos do Despacho n.º 1/2019, 2ª Secção do TdC e para efeitos da sua fiscalização nos termos do n.º 1 do art.º 50º e do n.º 4 do art.º 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do TdC), na sua atual redação.

Excecionalmente e atendendo à emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, a Presidência do Conselho de Ministros publicou o Decreto – Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, estabelecendo a previsão de normas de contingência para a epidemia SARS-CoV-2, assegurando igualmente o tratamento da doença COVID-19 no Serviço Nacional de Saúde (SNS), através de um regime legal adequado a esta realidade excecional, em especial no que respeita a matéria de contratação pública e de recursos humanos.

Em sequência, a Assembleia da República ratificou o supracitado decreto-lei, através da publicação da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que no art.º 4.º menciona que as entidades previstas nos n.º 1 e 2 do artigo 51.º da Lei n.º 97/98, de 26 de agosto, cuja aprovação de contas dependa de deliberação de um órgão colegial, podem remetê-las ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2020, em substituição do prazo referido no n.º 4 do artigo 52.º.

Quanto à metodologia utilizada para elaboração do presente Relatório, foram construídos quadros e gráficos, tendo por base os mapas da prestação de contas, de forma a evidenciar os dados indicados em cada capítulo e para demonstrar o comportamento das diferentes variáveis da gestão municipal, efetuando-se ainda a análise comparativa relativamente à execução dos anos anteriores. Para além da componente da gestão orçamental, este relatório espelha igualmente a gestão dos recursos humanos e a execução das Grandes Opções do Plano onde, de forma detalhada, se evidenciam os projetos e as ações realizadas e as respetivas taxas de execução.

A semelhança dos anos anteriores, é apresentado um documento com conteúdos claros e de leitura simples, de forma a permitir uma perceção concreta e realista da ação da Autarquia ao longo do período em análise. Assim, o Relatório de Contas é organizado da seguinte forma:

- **Relatório de Gestão:** inclui os mapas de análise patrimonial, de estrutura e execução da receita e da despesa, da execução global e da estrutura evolutiva do Orçamento e da contabilidade de custos. O Relatório de Gestão pretende avaliar a situação económica e financeira da Autarquia quanto ao investimento realizado, ao nível de endividamento e financiamento municipal, bem como no que concerne à análise das Demonstrações Financeiras;

- **Documentos de Prestação de Contas:** contém mapas de carácter obrigatório, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Anexos às Demonstrações Financeiras, os Mapas de Execução Orçamental e as Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução. De referir que na elaboração destes documentos foram cumpridos todos os princípios e regras contabilísticos emanados do POCAL, bem como a continuidade das operações, consistência das políticas contabilísticas, especialização dos exercícios, custos históricos, prudência, substância sob a forma e materialidade das operações;

- **Anexos:** inclui a listagem anual das subvenções públicas concedidas pelo Município em 2019, bem como as declarações relativas aos compromissos plurianuais e recebimentos em atraso, existentes à data de 31 de dezembro de 2019, mencionadas no art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 março.

Apresenta-se agora uma análise sucinta dos dados mais relevantes, tendo por base a informação vertida nos mapas que constam do presente documento, que se encontram devidamente identificados caso se pretenda uma observação mais aturada.

No que respeita à estrutura da receita orçamental, a execução desta componente é do valor de 45.781.774,31€ que, face ao orçamento final, representa uma taxa de execução de 90,68% (v. Quadro n.º 44). Este indicador evidencia o constante cuidado na convergência entre as previsões do Orçamento e a receita realmente arrecadada.

Atendendo às diversas fases de execução da despesa orçamental, cuja dotação global era de 54.371.263,98€, o valor comprometido foi de 48.296.678,00€, com uma taxa de execução de 88,83%, a faturação total foi de 44.643.195,13€, representando uma taxa de 82,11%, os pagamentos foram de 44.637.560,90€, com taxa de execução de 82,10% (v. Quadro n.º 13). Estes indicadores representam o bom nível de desempenho orçamental na componente da despesa.

Na execução orçamental do exercício económico de 2019, a obrigação legal de cumprimento da regra de equilíbrio orçamental é integralmente cumprida (v. Quadro n.º 45). O cumprimento desta boa prática orçamental, gerou poupança corrente, sendo possível canalizar uma parte para financiar despesa de investimento (v. Quadro n.º 41). Recordar-se que a regra do equilíbrio orçamental prevista no art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, estipula que o Orçamento deve prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. Refere ainda o n.º 2 do mesmo artigo que a receita corrente cobrada bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos a médio e longo prazo.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), comparando o montante previsto de 18.505.743,00€ com o valor cabimentado de 15.084.766,38€ a execução é de 81,51% (v. Quadro n.º 38). A faturação total do PPI foi de 10.859.902,33€, que representa 58,68%, tendo sido integralmente paga (v. Quadro n.º 40).

Em termos de análise anual do PPI, os montantes executados (pagos) evoluíram da forma que se descreve a seguir, representando um acréscimo de 23,65% em 2019, relativamente a 2018:

Anos	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Executado (pago)	1 927 184,85	3 163 499,18	64,15%	2 569 326,45	-18,78%	4 396 738,50	71,12%	8 782 861,99	99,76%	10 859 902,33	23,65%

No que respeita à evolução da dívida, no valor total de 25.730.535,23€ (v. Quadro n.º 32), importa destacar a contínua diminuição da dívida transitada, que em 2019 registou um decréscimo de 1.808.481,09€ em relação a 2018, representando uma diminuição de 6,57% em termos de endividamento global.

Tal como no ano anterior, esta diminuição da dívida permite que o Município de Valongo, continue a não ultrapassar o limite da dívida total previsto no artigo 52º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, uma vez que, pelo quarto ano consecutivo, apresenta uma dívida total inferior a 1,5 vezes a média das receitas correntes dos últimos 3 anos.

Pelo segundo ano consecutivo, a dívida total do Município não ultrapassa a média das receitas correntes líquidas dos últimos três anos (v. Quadros n.ºs 29 e 30), pelo que a Autarquia continua a não estar sujeita ao preconizado no art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, no que ao alerta precoce dos desvios e adesão facultativa ao saneamento financeiro diz respeito.

Destaca-se que desde final de 2013, ano em que a dívida total ascendia a 54.052.293,76€, a mesma teve uma redução global de cerca de 28,4 milhões de euros, no fim do ano 2019.

Os indicadores relativos ao endividamento total apresentam uma melhoria muito significativa, sendo a margem absoluta de cerca de 23,10M€, com margem utilizável (20%) de 4,62M€.

Da observação dos rácios de índole financeira (pág. 11), provenientes da análise patrimonial, constata-se que o rácio de autonomia financeira, que mede o grau de cobertura do ativo líquido através dos fundos próprios, tem vindo a aumentar nos últimos anos, situando-se em 79,02%, facto relevador do elevado grau de independência e estabilidade financeira da Autarquia.

O rácio de liquidez geral, que determina a capacidade de solver os compromissos de curto prazo através de capitais circulantes, de 73,71%, mantém-se em nível idêntico ao de 2018, medindo a capacidade de solver os compromissos de curto prazo (inferiores a um ano) através de capitais circulantes.

O Sistema de Contabilidade de Custos implementado no Município permite a disponibilização de informação adicional, relevante à gestão municipal, relativamente ao apuramento dos custos por funções, dos custos de produção e prestação de serviços, dos custos de utilização de equipamentos e infraestruturas de natureza diversa e de utilização coletiva (págs. 50 e 51).

O Relatório e Contas inclui ainda um mapa com os encargos globais com todos os eleitos locais municipais e uma listagem das subvenções e apoios diretos e indiretos concedidos às diversas instituições, durante o exercício económico de 2019, continuando assim a seguir a política de transparência municipal defendida pelo Executivo.

Em alinhamento com os objetivos estratégicos traçados, em sede das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, o documento de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2019 reflete o resultado das orientações gerais do Executivo Municipal:

- Promover a consolidação do território de Valongo, vencendo os desafios da competitividade, da modernização e do desenvolvimento sustentável, através da implementação de políticas municipais que promovam a qualidade de vida dos cidadãos e o bem-estar geral das pessoas, a par da afirmação estratégica do território municipal e dos seus valores identitários, destacando-se a requalificação de vias e arruamentos com recursos próprios e a execução dos planos de mobilidade urbana sustentável e de acessibilidade para todos (que incluem o rebaixamento de passadeiras nos centros urbanos do Concelho, o percurso ciclável de Valongo, a correção de discontinuidades em diversas vias, o eixo de ligação da EN 15 à Rua da Passagem e a requalificação da Rua da Costa, em Ermesinde).
- Aposta na marca "Valongo, Capital do Desporto Outdoor", com a criação da primeira pista urbana de atletismo nos Lagueirões e a consolidação dos centros de Trail Running, BTT e Trilhos Equestres, que se traduz num

aumento exponencial de praticantes e novos eventos desportivos nas nossas Serras, designadamente o Trail da Mulher e a Subida ao Elevador da Santa Justa;

- Criação de uma nova dinâmica cultural associada à promoção da leitura, destacando-se o lançamento dos eventos "Onomatopeia - I Festival de Literatura Infantojuvenil" e "MANIFESTUM arte de dizer Valongo 2019";
- Promoção da competitividade do território, enquanto elemento estruturante do desenvolvimento económico, social e ambiental do Concelho, destacando-se a abertura do Centro de Serviços do Parque das Serras do Porto;
- Aposta contínua na promoção das marcas que identificam o Concelho como as Serras e o seu vasto património e potencialidades, com a dinamização do Parque das Serras do Porto, o património religioso e mineiro, a ardósia, o brinquedo tradicional, a regueifa e o biscoito, a bugiada e mouriscada e as marcas culturais e desportivas;
- Maximização dos recursos financeiros provenientes do Quadro Comunitário de Apoio Portugal 2020, através da realização de investimentos essenciais, tais como a Reabilitação da Habitação Social nos empreendimentos de Balselhas (Campo), Valado (Valongo), S. Bartolomeu (Alfena) e de Sampaio (Ermesinde), a modernização e requalificação do Espaço público do PER de Balselhas o Centro de Serviços do Parques das Serras do Porto, a Oficina de Promoção da Regueifa e do Biscoito. Também com recurso a fundos comunitários, continuam a ser desenvolvidos projetos ambiciosos e inovadores com grande impacto social, designadamente a Casa do Xisto, «O Meu Bairro não tem Paredes» e o «Mais VAL - Melhores Aprendizagens, Inovação e Sucesso em Valongo»;
- Requalificação do Parque Escolar Municipal, com obras avultadas para substituir todas as coberturas de fibrocimento que poderiam conter amianto e instalação de parques infantis e modernos Laboratórios de Aprendizagem/Salas de Aula do Futuro em todos estabelecimentos de ensino municipais;
- Assegurar a continuação da política de rigor e eficiência na gestão dos recursos públicos, assumida desde sempre pelo Executivo Municipal, de modo a controlar a despesa pública e a estabilidade das finanças locais, o que permitiu que pela segunda vez, o endividamento municipal fosse inferior à média das receitas correntes líquidas dos últimos 3 anos, designadamente com a redução progressiva da dívida municipal, que, desde 2013, já diminuiu 28.321.758,53€, como a seguir se demonstra:

Anos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Dívida total	54.052.293,76€	48.121.668,20€	45.430.673,77€	40.172.129,07€	36.148.188,10€	27.539.016,32€	25.730.535,23€
Redução (base 2013)		10,97%	15,95%	25,68%	33,12%	49,05%	52,40%

- O prazo médio de pagamentos apresenta-se com o mais reduzido possível, cuja evolução é a que se demonstra a seguir, sendo que no final do ano em apreço era de 1 dia (pág. 34):

Anos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PMP	137	21	6	5	3	4	1

- A Autarquia encontra-se em plena fase de implementação do modelo Kaizen em todos os serviços municipais, prosseguindo o modelo de governação baseado na melhoria contínua. A aproximação ao munícipe iniciada com a Loja do Cidadão e com o alargamento da rede de proximidade com os Espaços de Cidadão nas freguesias de Campo e Sobrado, Alfena e Ermesinde (Travagem), reforçada agora com a abertura do Espaço do Cidadão da Gandra, em Ermesinde, dando continuidade à desmaterialização e modernização dos processos e serviços e ao reforço da transparência e proximidade na relação com os cidadãos. Foram também já tomadas providências práticas de início ao próximo passo estratégico definido no Orçamento para 2019: a construção do novo edifício que albergará os Paços do Concelho, de forma a dar resposta às necessidades não só dos diversos serviços municipais, mas também dos munícipes e dos órgãos municipais;

- Manutenção da aposta na promoção das práticas de participação cidadã, através de uma gestão aberta e transparente e do desenvolvimento de ações de educação para a cidadania acompanhadas de mecanismos de democracia participativa capazes de envolverem e mobilizarem os cidadãos para o exercício da democracia plena, tais como o Orçamento Participativo Jovem de Valongo, O "Eu Conto", a Semana Europeia de Democracia Local e a Semana da Prestação de Contas;
- Reforço da capacidade de resposta social com a manutenção do Fundo de Emergência Social, dinamização e criação de redes locais que contribuem para a sustentabilidade dos agentes intervenientes, como as IPSS, pela dinamização das plataformas solidárias e pela atribuição de apoios diretos e indiretos às instituições. De relevar o reforço do projeto ASA – Acreditamos em Seniores Ativos e os programas de ocupação de tempos livres OTL Especial@rte e TOK'a Mexer Valongo, promovendo desta forma a coesão e inclusão social;
- Lançamento do Plano Municipal de Saúde 2019-2025 | Valongo: Mais e Melhor Saúde e investimento de 90 mil euros na aquisição de equipamentos para os consultórios de Saúde Oral da Unidade de Saúde da Ermesinde - Bela e da Unidade de Saúde de Valongo, de modo a que toda a população possa aceder aos cuidados básicos de medicina dentária;
- Em 2019, a Autarquia aceitou as competências na área da educação, no âmbito do processo de descentralização, tendo efetuado neste ano o registo de 6 das 9 escolas transferidas, ao abrigo do Decreto-Lei nº 21/2019, com base no valor da certidão da matriz de cada edifício, no valor total de 13.741.472,86€ (pág. 8).

O ano de 2019 continua a pautar-se pela afirmação de Valongo no contexto local, nacional e regional. Prossegue-se todos os dias a missão definida e honram-se os compromissos assumidos com os diferentes stakeholders, que diariamente interagem com o Município, no intuito da construção de um território mais atrativo para se viver, ser visitado e objeto de investimento, promovendo o desenvolvimento sustentável, com uma estratégia centradas nos pilares orientadores: Gestão Interna, Relacionamento com o Cidadão, Coesão Social, Desenvolvimento Económico e Competitividade e Reabilitação Urbana.

Seguindo a política de verdade e compromisso assumida pelo Executivo Municipal, conclui-se que existe correspondência entre o que foi proposto fazer e o que foi realmente concretizado, tendo em conta os desafios colocados em vertentes como a educação, o desporto, o emprego, a promoção da cidadania e a valorização ambiental e cultural.

É largamente reconhecido que Valongo é um território dinâmico, com excelente qualidade de vida e diversidade cultural, capaz de surpreender quem o visita e que é convidado a conhecer as nossas serras, a explorar a cultura de referência e as tradições seculares, a degustar a singular gastronomia e desfrutar de um turismo de qualidade, digno dos melhores elogios, continuando a Autarquia a empenhar toda a sua energia no desenvolvimento desta vertente.

Por fim, uma mensagem de reconhecimento e agradecimento a todos os dirigentes e trabalhadores do Município, pelo elevado sentido de responsabilidade, zelando pelo que é de todos, com muito profissionalismo e empenho e aos municípios de Alfena, Campo, Ermesinde, Sobrado e Valongo, que muito se orgulham desta cidade e pelos quais se quer chegar mais longe, tornando Valongo um território de todos e para todos.

À altura da elaboração desta Prestação de Contas, o ano de 2020 afigura-se ainda mais desafiante e cheio de incertezas, face ao aparecimento da pandemia Covid-19 e ao seu combate. A Autarquia tudo fará para vencer este obstáculo invisível e conta com a colaboração de todos os municípios para ganhar mais esta batalha. De todos e por todos.

Valongo, 12 de março de 2020

  
 José Manuel Ribeiro, Dr.  
 Presidente da Câmara Municipal

**ANÁLISE**

**PATRIMONIAL**

**2019**

## Estrutura e evolução Patrimonial

O Balanço representa a situação do Património da Autarquia e é composto pelo Ativo, que reconhece os bens e os direitos e pelo Passivo que representa as obrigações.

Analisando a evolução temporal dos elementos do Balanço, verifica-se um aumento significativo do Ativo Líquido em 2019. No âmbito do processo de descentralização de competências na área da educação, o Município de Valongo efetuou o registo 6 das 9 escolas transferidas, ao abrigo do Decreto- Lei nº21/2019, com base no valor da certidão da matriz de cada edifício, no valor total de 13.741.472,86€, composto da seguinte forma:

Escola Básica de S. Lourenço	1 412 471,28
Escola Secundária de Ermesinde	5 202 381,07
Escola Básica D. António Ferreira Gomes	2 333 805,13
Escola Básica de Alfena (EB 23)	1 561 490,43
Escola Básica e Secundária de Campo	1 918 394,05
Escola Secundária Valongo	1 312 930,90

QUADRO Nº 1

V. Euros

Descrição	Ano de 2017		Ano de 2018		Variação		Ano de 2019		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%	Valor	Peso %	Valor	%
Imobilizado (Ativo Líquido)	225 165 210,33	92,96	218 945 904,13	90,59	-6 219 306,20	-2,76	233 832 311,41	90,88	14 886 407,28	6,80
Existências	259 064,94	0,11	249 006,24	0,10	-10 058,70	-3,88	283 199,24	0,11	34 193,00	13,73
Dívidas de Terceiros (At. Liq.)	98 881,77	0,04	1 433 077,17	0,59	1 334 195,40	1 349	1 124 898,46	0,44	-308 178,71	-21,50
Disponibilidades	4 044 541,34	1,67	5 415 206,51	2,24	1 370 665,17	33,89	6 702 768,01	2,61	1 287 561,50	23,78
Acréscimos e diferimentos	12 647 925,76	5,22	15 643 513,63	6,47	2 995 587,87	23,68	15 343 207,49	5,96	-300 306,14	-1,92
<b>Ativo</b>	<b>242 215 624,14</b>	<b>100</b>	<b>241 686 707,68</b>	<b>100</b>	<b>-528 916,46</b>	<b>-0,22</b>	<b>257 286 384,61</b>	<b>100</b>	<b>15 599 676,93</b>	<b>6,45</b>
Património	240 277 921,45	132,61	240 288 759,95	127,35	10 838,50	0,005	254 615 826,25	125,23	14 327 066,30	5,96
Reservas	2 494 534,61	1,38	2 793 499,13	1,48	298 964,52	11,98	2 793 499,13	1,37	0,00	0,00
Resultados	-61 585 445,20	-33,99	-54 400 708,75	-28,83	7 184 736,45	-11,67	-54 096 439,57	-26,61	304 269,18	-0,56
<b>Fundos Próprios</b>	<b>181 187 010,86</b>	<b>100</b>	<b>188 681 550,33</b>	<b>100</b>	<b>7 494 539,47</b>	<b>4,14</b>	<b>203 312 885,81</b>	<b>100</b>	<b>14 631 335,48</b>	<b>7,75</b>
Provisões p/ riscos e encargos	287 643,94	0,47	563 200,00	1,06	275 556,06	95,80	269 512,18	0,50	-293 687,82	-52,15
Dívidas a Terceiros a m.l.p	31 200 738,63	51,12	23 093 582,77	43,57	-8 107 155,86	-25,98	21 884 469,08	40,55	-1 209 113,69	-5,24
Dívidas a Terceiros a c.p.	4 952 363,03	8,11	4 450 273,79	8,40	-502 089,24	-10,14	3 850 783,83	7,13	-599 489,96	-13,47
Acréscimos e diferimentos	24 587 867,68	40,29	24 898 100,79	46,97	310 233,11	1,26	27 968 733,71	51,82	3 070 632,92	12,33
<b>Passivo</b>	<b>61 028 613,28</b>	<b>100</b>	<b>53 005 157,35</b>	<b>100</b>	<b>-8 023 455,93</b>	<b>-13,15</b>	<b>53 973 498,80</b>	<b>100</b>	<b>968 341,45</b>	<b>1,83</b>
<b>Passivo+Fundos Próprios</b>	<b>242 215 624,14</b>		<b>241 686 707,68</b>		<b>-528 916,46</b>	<b>-0,22</b>	<b>257 286 384,61</b>		<b>15 599 676,93</b>	<b>6,45</b>

FIGURA Nº 1



## Demonstração de Resultados por Natureza

Das atividades desenvolvidas no decurso do ano económico, resulta um total de custos no montante de 42.626.504,11€ e de proveitos no valor de 42.930.773,29€. Desta situação, apurou-se um resultado líquido 304.269,18€, pelo que se propõe a sua transferência para a rubrica de Resultados Transitados.

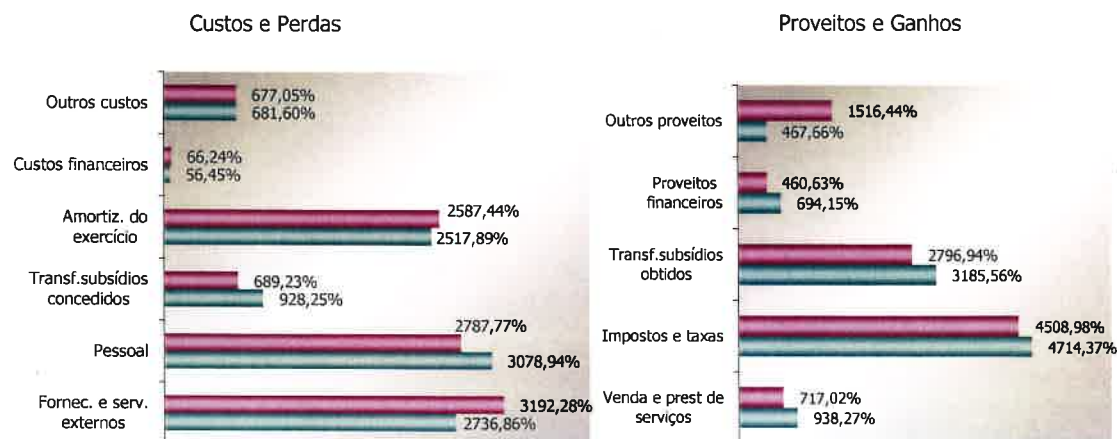
Comparando com o exercício económico anterior, a maior variação encontra-se nos outros proveitos, uma vez que em 2018 os proveitos extraordinários registaram um valor anormalmente elevado de 7.341.071,70€, fruto do perdão de parte da dívida consolidada à EDP, ocorrido em sequência da respetiva liquidação antecipada, o que contribuiu para que, excecionalmente, o resultado líquido do exercício de 2018 atingisse o montante de 7.184.736,45€.

QUADRO Nº 2

V. Euros

Natureza	Ano de 2018		Ano de 2019		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
<b>Custos e Perdas</b>						
Fornecimentos e serv. externos	13 974 138,98	31,92	11 666 293,06	27,37	-2 307 845,92	-16,52
Pessoal	12 203 420,32	27,88	13 124 427,54	30,79	921 007,22	7,55
Transf.subsídios concedidos	3 017 078,97	6,89	3 956 807,29	9,28	939 728,32	31,15
Amortizações e provisões do exercício	11 326 450,80	25,87	10 732 889,66	25,18	-593 561,14	-5,24
Custos financeiros	289 963,62	0,66	240 646,13	0,56	-49 317,49	-17,01
Outros custos	2 963 754,54	6,77	2 905 440,43	6,82	-58 314,11	-1,97
<b>Totais</b>	<b>43 774 807,23</b>	<b>100</b>	<b>42 626 504,11</b>	<b>100,00</b>	<b>-1 148 303,12</b>	<b>-2,62</b>
<b>Proveitos e Ganhos</b>						
Venda e prestações de serviços	3 653 875,89	7,17	4 028 060,57	9,38	374 184,68	10,24
Impostos e taxas	22 977 537,45	45,09	20 239 148,88	47,14	-2 738 388,57	-11,92
Transf.subsídios obtidos	14 253 061,75	27,97	13 675 839,57	31,86	-577 222,18	-4,05
Proveitos financeiros	2 347 346,97	4,61	2 980 028,61	6,94	632 681,64	26,95
Outros proveitos	7 727 721,62	15,16	2 007 695,66	4,68	-5 720 025,96	-74,02
<b>Totais</b>	<b>50 959 543,68</b>	<b>100</b>	<b>42 930 773,29</b>	<b>100,00</b>	<b>-8 028 770,39</b>	<b>-15,76</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>7 184 736,45</b>		<b>304 269,18</b>		<b>-6 880 467,27</b>	

FIGURA 2



## Acréscimos e diferimentos

V. Euros

Ativo	2019	Passivo	2019
<b>Acréscimos de Proveitos</b>		<b>Acréscimos de Custos</b>	
Impostos Diretos	15 018 460,69	Remunerações a liquidar	1 741 275,57
Outros acréscimos de proveitos	276 534,27	Outros acréscimos de custos	665 453,47
Sub total	15 294 994,96	Sub total	2 406 729,04
<b>Custos Diferidos</b>		<b>Proveitos Diferidos</b>	
Outros custos diferidos	48 212,53	Subsídios para investimentos	25 547 072,64
Sub total	48 212,53	Outros proveitos diferidos	14 932,03
<b>Total</b>	<b>15 343 207,49</b>	<b>Total</b>	<b>27 968 733,71</b>



## Afetação dos Subsídios para Investimentos a Proveitos do Exercício

V. Euros

Finalidade	Proveitos diferidos	Amortizado em 2019 (Proveitos de exercício)	Saldo final 2019 (a afetar a exercícios futuros)
Construção Escola da Retorta	430 907,49	3 354,93	427 552,56
Aqueduto dos Arcos	74 946,84	523,18	74 423,66
Requalificação ampliação Escola das Saibreiras- Ermesinde	171 973,79	3 032,96	168 940,83
Requalificação ampliação Escola de Balseilhas - Campo	195 527,33	3 444,01	192 083,32
Requalificação ampliação Escola de Sampaio - Ermesinde	219 465,57	1 733,79	217 731,78
Requalificação ampliação Escola do Barreiro - Alfena	222 522,08	1 784,52	220 737,56
Construção da Escola da Estação - Valongo	887 045,76	14 495,01	872 550,75
Construção da Escola do Valado - Valongo	1 680 071,37	26 608,11	1 653 463,26
Requalificação ampliação Escola da Boavista - Valongo	226 897,26	1 766,90	225 130,36
Construção da Escola Mirante Sonhos - Ermesinde	1 571 202,00	23 315,75	1 547 886,25
Aquisição de 46 fogos Montes da Costa	967 637,90	14 188,49	953 449,41
Programa Polis	5 369 485,59	261 363,88	5 108 121,71
Pavilhão Gimnodesportivo de Valongo	119 135,04	2 304,32	116 830,72
Requalif.envolvente das Capelas Stª Justa e S. Sabino	293 010,89	47 758,78	245 252,11
Pavilhão Gimnodesportivo de Campo	629 666,62	11 910,55	617 756,07
Pavilhão Gimnodesportivo de Sobrado	475 379,28	11 272,37	464 106,91
Nova Escola EB1/JI de Valongo	525 587,40	8 162,10	517 425,30
Reservatórios de abastecimento de água	2 783 197,93	16 655,96	2 766 541,97
Loja do cidadão - Edifício Faria Sampaio	640 760,68	10 360,93	630 399,75
Centro Empresarial Campo - Via Distribuidora 1ª Fase	971 430,76	80 845,63	890 585,13
Construção da Escola Campelo - Sobrado	1 185 126,84	18 345,69	1 166 781,15
Requalificação ampliação Escola Susão - Valongo	526 298,83	9 561,73	516 737,10
Construção da Escola Moirais - Campo	798 877,92	12 189,01	786 688,91
Ampliação refeitório da Escola EB/JI Lombelho	142 727,35	2 242,92	140 484,43
Eficiência Energética Regul. Flu. Luminosos C. Valongo	522 117,56	35 720,61	486 396,95
Loja Interativa de Turismo	20 352,79	160,66	20 192,13
Requalificação PER Barreiro - PEDU	242 190,88	4 237,29	237 953,59
Construção skatepark em Ermesinde	78 783,96	4 376,89	74 407,07
Centro Cívico de Campo	108 940,29	5 447,01	103 493,28
Valongo Inteligente - Autarquia Digital	191 138,39	47 784,60	143 353,79
PIIMS - Via do Peregrino	151 408,71	7 570,44	143 838,27
Requalificação Modernização E.B. Secundária Ermesinde	28 261,79	9 420,60	18 841,19
Oficina da Regueifa e do Biscoito	1 316 074,03	57 741,41	1 258 332,62
Mais VAL	84 673,04	12 047,85	72 625,19
PMAT - Plano Mobilidade Acessibilidade para Todos	236 398,27	0,00	236 398,27
PEDU - Requalificação Reabilitação do PER Sampaio	286 410,08	4 611,20	281 798,88
Centro de Serviços do Parque das Serras do Porto	467 186,40	0,00	467 186,40
PEDU - Requalificação Reabilitação PER de Balseilhas	313 772,56	0,00	313 772,56
PEDU - Requalificação Reabilitação PER S. Bartolomeu	209 754,18	3 607,77	206 146,41
PEDU - Requalificação Reabilitação PER Valado	243 992,19	4 196,67	239 795,52
Educated, Motivated and Employed - Equipamento	637,97	159,49	478,48
PIIMS - Plano Incremento Infraest Mobilidade Suave	489 029,74	0,00	489 029,74
PEDU - Modernização Espaço Público PER Balseilhas	231 371,30	0,00	231 371,30
<b>Total</b>	<b>26 331 376,65</b>	<b>784 304,01</b>	<b>25 547 072,64</b>

## Rácios de Análise Financeira

Em matéria de análise de balanço, reúne-se no quadro seguinte, o resultado de alguns rácios que permitem melhor conhecer a tendência evolutiva das massas patrimoniais.

Rácio	Anos				Descrição
	2016	2017	2018	2019	
<b>Liquidez Geral</b> Ativo circulante/ Passivo corrente	53,73%	57,72%	77,49% a)	73,71%	Mede a capacidade de solver os compromissos de curto prazo (inferiores a um ano) através de capitais circulantes .
<b>Liquidez imediata</b> Disponível / Passivo corrente	15,01%	13,69%	18,45%	21,06%	Mede o grau de cobertura dos passivos correntes através de disponibilidades.
<b>Autonomia Financeira</b> Capitais próprios / Ativo líquido	73,45%	74,80%	78,07%	79,02%	Mede a cobertura do ativo líquido através de fundos próprios.
<b>Cobertura do Imobilizado</b> Capitais permanentes / Imobilizado líquido	94,72%	94,45%	96,98%	96,42%	Mede o grau de cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes. O capital permanente deve cobrir o imobilizado líquido.
<b>Autofinanciamento de Capitais Permanentes</b> Capitais próprios / Capitais permanentes	83,79%	85,19%	88,86%	90,17%	Este rácio indica em que medida os capitais permanentes (capitais próprios+exigível a médio e longo prazo) estão cobertos por capitais próprios.
<b>Meios Libertos</b> Resultado líquido + Amortizações + Provisões	9 740 043,62	10 017 379,47	18 511 187,25	11 037 158,84	Recursos financeiros gerados. V. Euros

Indicadores patrimoniais	Anos			
	2016	2017	2018	2019
Imobilizado líquido ano n / Imobilizado líquido n-1	96,59%	97,06%	97,24%	106,80%
Amortizações acumuladas / Ativo Bruto	42,23%	42,69%	44,15%	43,85%
Proveitos diferidos ano n / Proveitos diferidos n-1	99,06%	97,01%	101,35%	110,63%
Resultado líquido exercício / Fundos Próprios	-0,98%	-0,87%	3,81%	0,15%
Fornec Serv Externos ano n / Fornec Serv Externos n-1	106,09%	106,84%	126,16%	83,48%
Dívida a pagar curto prazo ano n / Dívida a pagar curto prazo n-1	94,03%	94,94%	89,86%	86,53%
Dívida a pagar médio longo prazo ano n/ Dívida a pagar médio longo prazo n-1	87,65%	89,24%	74,02%	94,76%
Dívida a pagar / Ativo líquido	16,17%	14,93%	11,40%	10,00%

a) A partir de 2018, o rácio de liquidez geral está influenciado pela aplicação do sistema de gestão de faturação a nível informático, permitindo que pela emissão da fatura se debita a respetiva conta de terceiros, fazendo refletir esse ativo no Balanço

**ESTRUTURA e EXECUÇÃO**

**da RECEITA**

**2019**

## ESTRUTURA E EXECUÇÃO DA RECEITA

### Receita Cobrada

A estrutura da receita autárquica obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro e divide-se em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas, sendo classificada por capítulos.

No ano 2019, a receita efetiva foi de 45.495.414,85€, correspondendo às componentes económicas corrente e de capital, respetivamente 40.345.438,41€ (88,68%) e 5.149.976,44 (11,32%).

As reposições não abatidas nos pagamentos do exercício foram de 13.205,29€ , totalizando os recursos financeiros globais, referentes a 2019, o montante de 45.508.620,14€.

A este quantitativo de receita gerada, acresce o montante de 273.154,17€, relativo a receita de anos anteriores apenas cobrada em 2019, o que perfaz o montante de 45.781.774,31€, que face à dotação global da receita (50.486.857,00€), representa um grau de execução de 90,68%.

O saldo transitado da gerência anterior, inserido no orçamento de 2019 pela sua totalidade, foi no valor de 3.884.406,98€, perfazendo um total geral de receita disponível de 49.666.181,29€.

Da estrutura da receita representada no quadro abaixo, observa-se a supremacia dos Impostos Diretos (43,55%) salientando-se também a importância das Transferência Correntes (25,97%), seguindo-se as Transferências de Capital (10,96%).

Descrição	Receita anos anteriores	Receita efetiva 2019	Receita cobrada bruta		
			Total	%	
Receitas Correntes	01 - Impostos Diretos	0,00	19 939 651,39	19 939 651,39	43,55%
	02 - Impostos Indiretos	17 244,06	956 437,39	973 681,45	2,13%
	04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	52 363,36	493 029,40	545 392,76	1,19%
	05 - Rendimentos de Propriedade	61,11	2 652 872,05	2 652 933,16	5,79%
	06 - Transferências Correntes	0,00	11 889 509,86	11 889 509,86	25,97%
	07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	198 320,98	4 344 801,95	4 543 122,93	9,92%
	08 - Outras Receitas Correntes	3 764,66	69 136,37	72 901,03	0,16%
	<b>Total da Receita Corrente</b>	<b>271 754,17</b>	<b>40 345 438,41</b>	<b>40 617 192,58</b>	<b>88,72%</b>
Receitas Capital	09 - Venda de Bens de Investimento	0,00	131 804,55	131 804,55	0,29%
	10 - Transferências de Capital	0,00	5 018 171,89	5 018 171,89	10,96%
	<b>Total da Receita de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>5 149 976,44</b>	<b>5 149 976,44</b>	<b>11,25%</b>
15 - Reposições não abatidas aos pagamentos	1 400,00	13 205,29	14 605,29	0,03%	
<b>Total da Receita</b>	<b>273 154,17</b>	<b>45 508 620,14</b>	<b>45 781 774,31</b>	<b>100%</b>	

### Rácios de Estrutura da Receita

Evidenciam as proporções existentes entre as principais rubricas da Receita.

Impostos 51,49%

Receitas Correntes

Transferências de Capital 97,44%

Receitas de Capital

Transferências Correntes 29,27%

Receitas Correntes

Receitas Correntes 88,72%

Receitas Totais

Receitas Correntes do ano n 111,08%

Receitas Correntes do ano n-1

Impostos e taxas do ano n 112,51%

Impostos e taxas do ano n-1

## Receitas Próprias

Receitas obtidas a nível interno, através do produto dos impostos diretos e outros que recaem sobre o Setor Produtivo, bem como da atividade na venda de bens e serviços correntes.

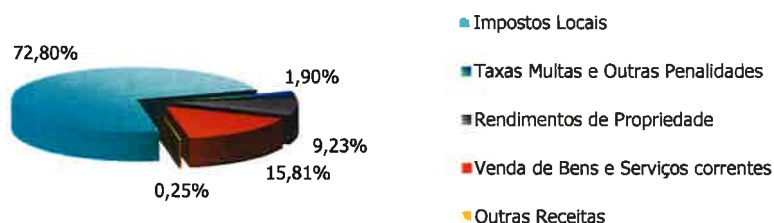
Compreendem duas vertentes quanto à forma de cobrança, dado que a receita de impostos diretos é efetuada pela Administração Central e a restante pelo Município.

QUADRO Nº 4

Receitas Próprias		Montante	V. Euros %
Corrente	Impostos Locais	20 913 332,84	72,80%
	Taxas Multas e Outras Penalidades	545 392,76	1,90%
	Rendimentos de Propriedade	2 652 933,16	9,23%
	Venda de Bens e Serviços correntes	4 543 122,93	15,81%
	Outras Receitas	72 901,03	0,25%
<b>Total da Receita Própria</b>		<b>28 727 682,72</b>	<b>100,00%</b>

O gráfico seguinte detalha a composição desta estrutura

FIGURA 3



Indicadores de importância das Receitas Próprias na estrutura da Receita

Impostos Locais      51,49%  
Receitas Correntes

Receitas Próprias      62,75%  
Receita Total

Receitas Próprias Correntes      70,73%  
Receitas Correntes

Rendimentos de propriedade (ano n)      141,59%  
Rendimentos de propriedade (ano n-1)

O facto das receitas próprias terem um peso de 70,73% na receita corrente, revela uma significativa independência financeira por parte do Município.

## Receita Fiscal

No conjunto das receitas do Município, merece especial destaque pela sua representatividade, a receita fiscal cobrada de 20.913.332,84, representando 51,49% da receita corrente e 45,68% do total da receita, cujas componentes refletem a capacidade tributária do Município e resultam da dinâmica social, económica e urbana existente. Em relação ao ano 2018, a Receita fiscal apresenta um acréscimo de 12,51%, fruto do aumento de 15,17% dos impostos diretos e da diminuição de 23,46% dos impostos indiretos.

Nos quadros e gráficos a seguir observam-se os vários agregados que compõem esta receita tais como impostos diretos, indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

QUADRO Nº 5		V. Euros
Impostos Diretos	Montante	%
Imposto Municipal s/ Imóveis	10 989 751,87	55,12%
Imposto Único de Circulação	2 200 852,07	11,04%
Imposto Mun. s/ Transmissões Onerosas Imóveis	4 655 333,69	23,35%
Derrama	2 092 936,41	10,50%
Impostos abolidos - Contribuição Autárquica	777,35	0,004%
<b>Total</b>	<b>19 939 651,39</b>	<b>100%</b>

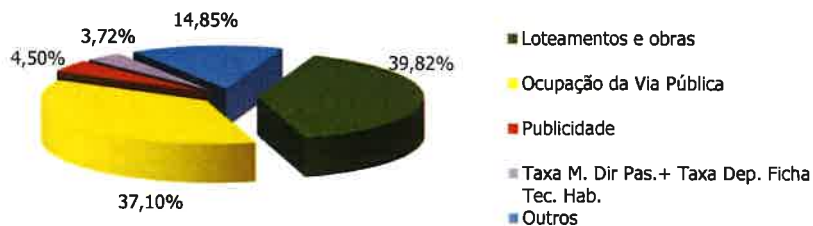
FIGURA 4



Os impostos indiretos provêm de receitas exclusivamente do Setor Produtivo, isto é, são pagos por unidades empresariais.

QUADRO Nº 6		V. Euros
Impostos Indiretos	Montante	%
Taxas pagas por empresas:		
Loteamentos e obras	387 746,84	39,82%
Ocupação da Via Pública	361 272,78	37,10%
Publicidade	43 823,78	4,50%
Taxa M. Dir Pas.+ Taxa Dep. Ficha Tec. Hab.	36 261,55	3,72%
Outros	144 576,50	14,85%
<b>Total</b>	<b>973 681,45</b>	<b>100%</b>

FIGURA 5



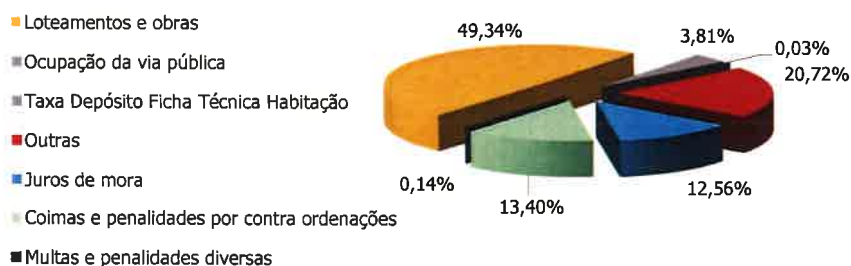
No quadro seguinte englobam-se taxas diversas pagas por particulares, bem como multas e outras penalidades produzidas pela efetivação de sanções pecuniárias, como resultado de infrações cometidas, quer por particulares quer por unidades empresariais.

O montante de 112.996,93€ inscrito na rubrica Outras engloba a receita correspondente à autenticação de documentos, aditamentos, certidões, averbamentos, prorrogação de licenças, plantas topográficas e outros.

QUADRO Nº 7

Taxas, Multas e Outras Penalidades	Montante	V. Euros %
Taxas pagas por particulares:		
Loteamentos e obras	269 104,58	49,34%
Ocupação da via pública	20 755,01	3,81%
Taxa Depósito Ficha Técnica Habitação	178,50	0,03%
Outras	112 996,93	20,72%
Multas e outras penalidades:		
Juros de mora	68 510,85	12,56%
Coimas e penalidades por contra ordenações	73 083,56	13,40%
Multas e penalidades diversas	763,33	0,14%
<b>Total</b>	<b>545 392,76</b>	<b>100%</b>

FIGURA 6

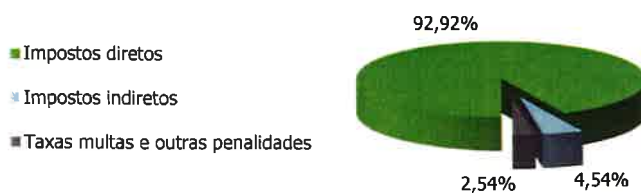


No quadro abaixo apresenta-se o peso de cada componente da receita fiscal:

QUADRO Nº 8

Receita Fiscal	Montante	%
Impostos diretos	19 939 651,39	92,92%
Impostos indiretos	973 681,45	4,54%
Taxas multas e outras penalidades	545 392,76	2,54%
<b>Total da receita fiscal</b>	<b>21 458 725,60</b>	<b>100%</b>

FIGURA 7



## **TRANSFERÊNCIAS**

### **Transferências do Orçamento do Estado para 2019**

Os Fundos Municipais (FM) são constituídos por transferências correntes e de capital, inscritas no Orçamento do Estado e destinadas a satisfazer despesas das Autarquias. Os Fundos Municipais são compostos pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), o Fundo Social Municipal (FSM) e a participação na coleta líquida do IRS, proveniente dos contribuintes residentes em cada Município.

No cálculo destas transferências são aplicadas as disposições dos artigos 25º a 35º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto), em articulação com o preconizado no art.º 77º, capítulo V do Orçamento do Estado para 2018 – Lei n.º 114/2017, de 28 de dezembro e assente num conjunto de variáveis e dados estatísticos.

A repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios, que visa atingir os objetivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical, é obtida através das seguintes formas de participação:

- a) Uma subvenção geral, determinada através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF);
- b) Uma subvenção específica, determinada a partir do Fundo Social Municipal (FSM);
- c) Uma participação variável de 5% no IRS.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, prevê ainda a inclusão de uma nova parcela a ser distribuída pelos municípios, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º (excedente).

No ano 2019, o montante relativo ao Fundo Social Municipal continua a destinar-se exclusivamente ao financiamento das competências exercidas pelos municípios no âmbito da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, estando consignado ao financiamento de despesas determinadas, relativas à educação, saúde e ação social.

O n.º 2 do art.º 31.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, refere que os montantes relativos à participação dos Municípios nos Fundos são inscritos no orçamento municipal da receita e transferidos por duodécimos até ao dia 15 do respetivo mês.

Menciona ainda o mesmo artigo que o Órgão Executivo do Município pode decidir da repartição dos montantes do Fundo de Equilíbrio Financeiro entre receita corrente e de capital, não podendo a receita corrente exceder 90% do FEF, informando a DGAL anualmente e até 30 de junho do ano anterior ao qual respeita o Orçamento, da percentagem que deve ser considerada como transferência corrente, na ausência da qual é considerado o percentual de 90%.

Por sua vez, a DGAL indica, até 31 de agosto de cada ano, os valores das transferências a efetuar para os Municípios no ano seguinte.

A Direção-geral das Autarquias Locais transferiu para o Município, de acordo com o Mapa XIX da Lei n.º 114/2017, de 28 de dezembro, os montantes aprovados provenientes da participação nos impostos do Estado, decorrentes do art.º 25º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, de acordo com os critérios de distribuição definidos no Capítulo III do citado diploma.

QUADRO Nº 9 V. Euros

Transferências do Orçamento do Estado		Montante	%
Correntes	Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 309 623,00	48,34%
	Fundo Social Municipal	1 507 127,00	13,72%
	Participação variável no IRS	3 297 480,00	30,02%
	<b>Subtotal</b>	<b>10 114 230,00</b>	<b>92,07%</b>
Capital	Fundo de Equilíbrio Financeiro	870 677,00	7,93%
	<b>Subtotal</b>	<b>870 677,00</b>	<b>7,93%</b>
<b>Total Global</b>		<b>10 984 907,00</b>	<b>100,00%</b>

As transferências do Orçamento do Estado registaram uma variação positiva de 7,75% em relação ao ano anterior, originada pelo aumento de 6,31% no Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente, de 5,08% da Participação Variável no IRS, bem como pela variação ocorrida na Transferência de Capital (870.677,00€). Em 2019, para além do valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro de Capital (589.958,00€), que se manteve em relação a 2018, foi distribuída pelos Municípios uma nova parcela, nos termos do n.º3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09, na redação dada pela Lei n.º 51/2018 de 16/08. No conjunto da receita total, as transferências do Orçamento de Estado representam 23,99%, aferindo este indicador um aumento do grau de dependência da participação dos impostos estaduais, relativamente a 2018, cujo peso se situava nos 16,50%.

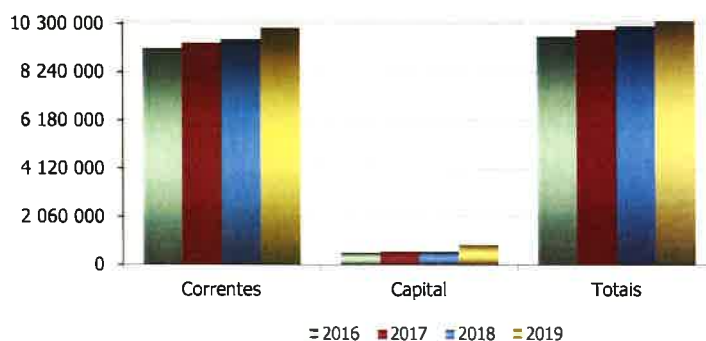
<u>Fundo Municipal Corrente</u>	13,07%	<u>Fundos Municipais</u>	23,99%
Receita Corrente		Receita Total	
<u>FEF de Capital</u>	16,91%		
Receita de Capital			

#### Evolução dos Fundos Municipais:

QUADRO Nº 10 V. Euros

Transf OE	Anos	2016	2017	Var. %	2018	Var. %	2019	Var. %
Correntes		9 245 750	9 481 135	2,55	9 639 531	1,67	10 114 230	4,92
Capital		517 074	562 673	8,82	554 934	-1,38	870 677	56,90
<b>Totais</b>		<b>9 762 824</b>	<b>10 043 808</b>	<b>2,88</b>	<b>10 194 465</b>	<b>1,50</b>	<b>10 984 907</b>	<b>7,75</b>

FIGURA 8



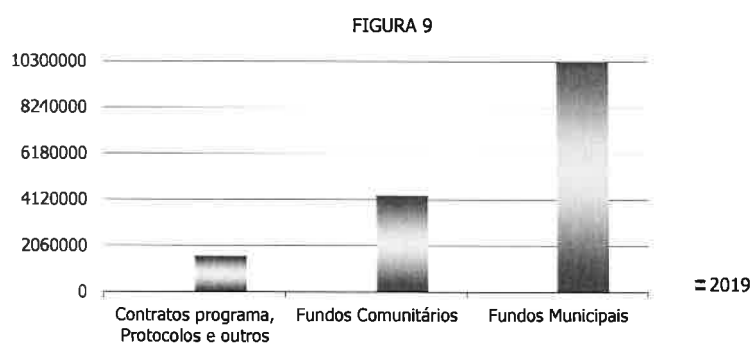
As transferências representam uma fonte substancial de financiamento e totalizam 36,93% da receita total da Autarquia. As suas diferentes origens podem ser visualizadas no quadro seguinte.

Transferências      36,93%  
Receitas Totais

QUADRO Nº 11 V. Euros

Transferências	Anos				Variação homóloga
	2018	Peso %	2019	Peso %	
<b>Contratos Programas, Protocolos e outros</b>					
Correntes	1 478 908,02	9,41%	1 596 791,98	9,44%	7,97%
Capital	234 877,86	1,50%	11 781,21	0,07%	-94,98%
<b>Fundos Comunitários</b>					
Correntes	92 314,91	0,59%	178 487,88	1,06%	93,35%
Capital	3 707 554,83	23,60%	4 135 713,68	24,46%	11,55%
<b>Fundos Municipais</b>					
Correntes	9 639 531,00	61,37%	10 114 230,00	59,82%	4,92%
Capital	554 934,00	3,53%	870 677,00	5,15%	56,90%
<b>Subtotal</b>					
Correntes	11 210 753,93	71,37%	11 889 509,86	70,32%	6,05%
Capital	4 497 366,69	28,63%	5 018 171,89	29,68%	11,58%
<b>Total</b>	<b>15 708 120,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>16 907 681,75</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,64%</b>

#### Representação Gráfica das transferências globais



Da observação destes mapas conclui-se que a principal componente das Transferências são as relativas ao Orçamento do Estado (Fundos Municipais), calculadas de acordo com os art.º 25º a 35º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

A variação homóloga relativa ao total das Transferências foi de 7,64%.

**ESTRUTURA e EXECUÇÃO**  
**da DESPESA**

**2019**

## ESTRUTURA E EXECUÇÃO DA DESPESA

### Quadro demonstrativo das diferentes fases da despesa

A despesa é agregada pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos, cujos valores efetivos da despesa comprometida, realizada e paga, cifraram-se nos montantes de 48.296.678,00€, 44.643.195,13€ e 44.637.560,90€, cujo grau de execução, em relação à dotação final de 54.371.263,98€, foi de 88,83%, no que respeita ao compromisso e cerca de 82% no que concerne à despesa realizada e à execução financeira, como se detalha no quadro abaixo.

QUADRO Nº 12 V. Euros

Descrição	Comprometida		Realizada		Execução Financeira		
	Montante	%	Montante	%	V. pago	%	
Despesa Corrente	01 - Pessoal	12 471 833,51	25,82%	12 468 358,84	27,93%	12 468 358,84	27,93%
	02 - Aquisição de bens e serviços	13 052 004,37	27,02%	12 511 975,37	28,03%	12 506 341,14	28,02%
	03 - Juros e outros encargos	222 765,18	0,46%	222 765,18	0,50%	222 765,18	0,50%
	04 - Transferências Correntes	3 351 486,90	6,94%	3 317 515,00	7,43%	3 317 515,00	7,43%
	05 - Subsídios	519 543,33	1,08%	519 542,33	1,16%	519 542,33	1,16%
	06 - Outras Despesas Correntes	1 849 697,69	3,83%	1 829 996,57	4,10%	1 829 996,57	4,10%
	<b>Total da Despesa Corrente</b>	<b>31 467 330,98</b>	<b>65,15%</b>	<b>30 870 153,29</b>	<b>69,15%</b>	<b>30 864 519,06</b>	<b>69,14%</b>
Despesa de Capital	07 - Aquisição bens de capital	13 795 467,18	28,56%	10 741 685,33	24,06%	10 741 685,33	24,06%
	Terrenos	928 382,45	1,922%	928 382,45	2,080%	928 382,45	2,080%
	Edifícios	4 915 901,91	10,18%	3 778 538,00	8,46%	3 778 538,00	8,46%
	Construções diversas	5 912 726,59	12,24%	4 231 517,87	9,48%	4 231 517,87	9,48%
	Material de transporte	201 855,89	0,42%	201 855,89	0,45%	201 855,89	0,45%
	Equipamento de informática	182 184,48	0,38%	178 494,48	0,40%	178 494,48	0,40%
	Software informático	146 742,20	0,30%	118 406,69	0,27%	118 406,69	0,27%
	Equipamento administrativo	63 584,03	0,13%	54 512,78	0,12%	54 512,78	0,12%
	Equipamento básico	1 438 789,63	2,98%	1 244 677,17	2,79%	1 244 677,17	2,79%
	Artigos e objetos de valor	5 300,00	0,01%	5 300,00	0,01%	5 300,00	0,01%
	08 - Transferências de capital	589 894,21	1,22%	587 370,88	1,32%	587 370,88	1,32%
	09 - Ativos financeiros	118 217,00	0,24%	118 217,00	0,26%	118 217,00	0,26%
	10 - Passivos Financeiros	2 325 768,63	4,82%	2 325 768,63	5,21%	2 325 768,63	5,21%
<b>Total da Despesa de Capital</b>	<b>16 829 347,02</b>	<b>34,85%</b>	<b>13 773 041,84</b>	<b>30,85%</b>	<b>13 773 041,84</b>	<b>30,86%</b>	
<b>Total da Despesa</b>	<b>48 296 678,00</b>	<b>100%</b>	<b>44 643 195,13</b>	<b>100%</b>	<b>44 637 560,90</b>	<b>100%</b>	

A despesa corrente realizada foi de 30.870.153,29€ e a despesa de capital ascendeu a 13.773.041,84€ sendo que as duas componentes representam, respetivamente 69,15% e 30,85% da grandeza em análise.

De referir que a dívida transitada de 2018 para 2019 foi no valor de 40.669,31€, que incluía uma fatura no montante de 39.667,50€ relativa a mobiliário para a Oficina da Regueifa e do Biscoito, investimento este que em 31/12/2018 aguardava visto do Tribunal de Contas.

**Rácios de Estrutura da Despesa, evidenciando o comportamento das variáveis mais significativas da despesa, na ótica da realização.**

<u>Pessoal</u>	40,39%	<u>Investimento</u>	77,99 %
Despesa Corrente		Despesa de Capital	
<u>Aquisição de Bens e Serviços</u>	40,53 %	<u>Passivos Financeiros</u>	16,89 %
Despesa Corrente		Despesa de Capital	
<u>Encargos Financeiros</u>	0,72 %	<u>Pessoal</u>	27,93 %
Despesa Corrente		Despesa Total	

## Comparação das diversas fases da despesa

No quadro seguinte estão evidenciados os níveis de execução nas diferentes fases da despesa, concluindo-se que da despesa comprometida ficou por realizar 7,56%, enquanto que apenas 0,01% do valor faturado representa dívida no final de 2019.

QUADRO Nº 13

V. Euros

Despesa	Dotação	Comprometida	Realizada	Paga	Realizada e não paga	Comprometida por realizar
Despesa Corrente	32 937 649,98	31 467 330,98	30 870 153,29	30 864 519,06	5 634,23	597 177,69
Despesa de Capital	21 433 614,00	16 829 347,02	13 773 041,84	13 773 041,84		3 056 305,18
<b>Total</b>	<b>54 371 263,98</b>	<b>48 296 678,00</b>	<b>44 643 195,13</b>	<b>44 637 560,90</b>	<b>5 634,23</b>	<b>3 653 482,87</b>

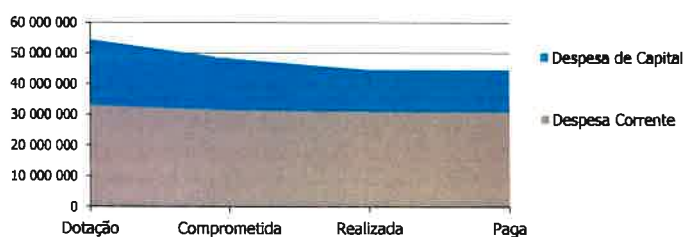
A despesa realizada deduzida dos encargos da dívida, juros e amortizações de empréstimos de médio e longo prazos, no montante de 222.632,76€ e de 2.325.768,63€, respetivamente, situa-se em 42.094.793,74€. Por razões impostas pela Contabilidade Pública, essa despesa contém a dívida reportada à execução de anos anteriores no montante de 40.669,31€, cuja proveniência é identificada na página anterior.

Da leitura do mapa do Controlo Orçamental da Despesa, que constitui parte integrante da Prestação de Contas, o total dos compromissos por pagar no montante de 3.659.117,10€, resulta da faturação não paga (5.634,23€) e dos compromissos por realizar (3.653.482,87€). A execução global da despesa paga foi de 44.637.560,90€.

Os compromissos assumidos para exercícios futuros de 51.510.713,26€ dizem respeito nomeadamente aos contratos de: serviços de limpeza e higiene pública; fornecimento de refeições nos estabelecimentos de ensino pré escolar e básico; plano de emergência alimentar; transportes escolares; fornecimento de combustíveis; comunicações; seguros e outros encargos de instalações; Fundo de Apoio Municipal; serviço da dívida decorrente de empréstimo a médio e longo prazos e investimentos em infraestruturas, ordenamento do território e beneficiação da rede viária do concelho.

### Representação gráfica das fases da despesa

FIGURA 10



### Representação gráfica dos compromissos de 2018 por pagar

FIGURA 11



## Despesas de Funcionamento

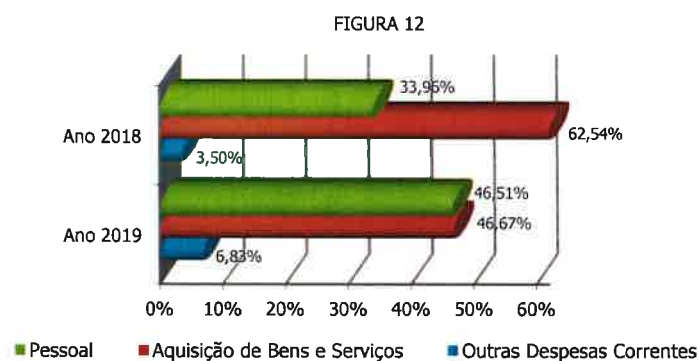
Pela ótica da despesa faturada total, regista-se um decréscimo de 25,06% quando comparado com o ano anterior. A diminuição de 44,08% em Aquisição de Bens e Serviços está influenciada pela liquidação antecipada da dívida consolidada à EDP no valor 10.714.631,23€, realizada em 2018. Na componente de Outras Despesas Correntes, no ano 2019, está incluído o montante de 1.062.709,32€, relativo a restituições de impostos cobrados em anos anteriores.

QUADRO Nº 14

V. Euros

Encargos de Funcionamento	Ano 2018		Ano 2019		Variação
	Montante	%	Montante	%	%
Pessoal	12 149 524,67	33,96%	12 468 358,84	46,51%	2,62%
Aquisição de Bens e Serviços	22 374 239,97	62,54%	12 511 975,37	46,67%	-44,08%
Outras Despesas Correntes	1 250 737,49	3,50%	1 829 996,57	6,83%	46,31%
<b>Total</b>	<b>35 774 502,13</b>	<b>100%</b>	<b>26 810 330,78</b>	<b>100%</b>	<b>-25,06%</b>

O gráfico seguinte detalha a composição destas despesas



Quadro demonstrativo da estrutura da despesa com pessoal no funcionamento da administração, repartida pelas componentes mais significativas, registando um ligeiro aumento de 2,62%.

QUADRO Nº 15

V. Euros

Custos	Ano 2018		Ano 2019		Variação	
	Montante	%	Montante	%	%	
Remunerações e abonos	Pessoal aguardando aposentação	11 268,29	0,09%	22 144,20	0,18%	96,52%
	Membros dos Órgãos Autárquicos	205 911,36	1,69%	192 763,97	1,55%	-6,38%
	Pessoal dos quadros	8 728 992,24	71,85%	8 973 718,07	71,97%	2,80%
	Pessoal em regime tarefa avença	14 760,00	0,12%	14 760,00	0,12%	
	Pessoal noutra situação	123 934,54	1,02%	126 195,19	1,01%	1,82%
<b>Subtotal</b>	<b>9 084 866,43</b>	<b>74,78%</b>	<b>9 329 581,43</b>	<b>74,83%</b>	<b>2,69%</b>	
Segurança Social	Suplementos de remunerações	47 630,60	0,39%	41 888,94	0,34%	-12,05%
	Encargos sobre remunerações	2 024 227,85	16,66%	2 083 460,95	16,71%	2,93%
	Seguros	163 478,82	1,35%	159 209,14	1,28%	-2,61%
	Encargos com a saúde	638 246,65	5,25%	641 866,59	5,15%	0,57%
<b>Subtotal</b>	<b>2 873 583,92</b>	<b>23,65%</b>	<b>2 926 425,62</b>	<b>23,47%</b>	<b>1,84%</b>	
Outras despesas	191 074,32	1,57%	212 351,79	1,70%	11,14%	
<b>Total</b>	<b>12 149 524,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>12 468 358,84</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,62%</b>	

## Rácios

$\frac{\text{Despesas de Funcionamento}}{\text{Despesas Correntes}}$	86,85%	$\frac{\text{Despesas de Funcionamento}}{\text{Despesa Total}}$	60,05%
$\frac{\text{Pessoal}}{\text{Despesas de Funcionamento}}$	46,51%		

Comparativamente ao ano de 2018, os gastos com pessoal aumentarem 2,62%, em sequência das alterações legais que originaram os descongelamento das carreiras, bem como devido à criação de novos postos de trabalho.

### Análise comparativa da Despesa de Funcionamento

QUADRO Nº 16

V. Euros

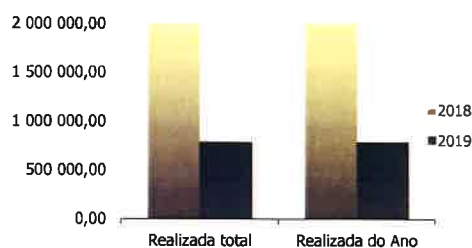
Rubrica	Despesa realizada total			Despesa realizada do ano		
	2018	2019	Var %	2018	2019	Var %
Pessoal	12 149 524,67	12 468 358,84	2,62%	12 149 524,67	12 468 358,84	2,62%
Aquisição de bens	1 997 981,49	789 115,06	-60,50%	1 997 981,49	788 113,25	-60,55%
Aquisição de serviços	10 376 258,48	11 722 860,31	12,98%	10 376 033,48	11 722 860,31	12,98%
Outras despesas correntes	1 250 737,49	1 829 996,57	46,31%	1 250 737,49	1 829 996,57	46,31%
<b>Total</b>	<b>25 774 502,13</b>	<b>26 810 330,78</b>	<b>4,02%</b>	<b>25 774 277,13</b>	<b>26 809 328,97</b>	<b>4,02%</b>

A despesa de funcionamento realizada total apresenta uma variação de 4,02%, decorrente do aumento verificado nas componentes de Pessoal e Aquisição de Serviços originado pelo carácter pouco flexível deste tipo de despesa. A justificação do aumento verificado na componente relativa a Outras despesas correntes encontra-se na página anterior.

Por outro lado, ao efetuar a análise da despesa de funcionamento efetiva do ano, verifica-se que em 2019 foi apurado o valor de 26.809.328,97€ e em 2018 foi do montante de 25.774.277,13€, pelo que se verifica igualmente um aumento de 4,02%.

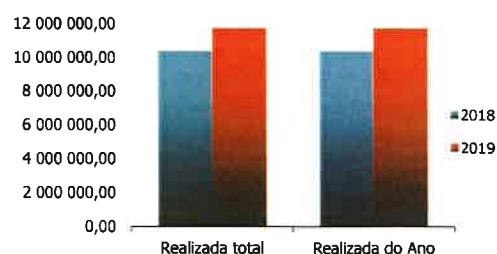
Aquisição de bens

FIGURA 13



Aquisição de serviços

FIGURA 14



## Recursos Humanos

A Autarquia, em termos de meios humanos expressos no Balanço Social, no final do ano de 2019 era composta por 536 contratados por tempo indeterminado, não existindo contratados por tempo resolutivo certo.

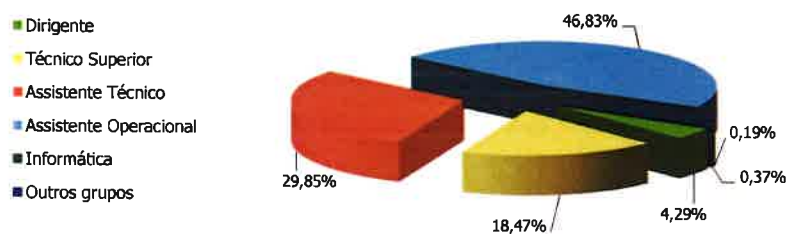
O total de elementos que figuram no Balanço Social difere do total efetivo de elementos da Autarquia em 31/12/2019 (622 trabalhadores) uma vez que para os cálculos estatísticos daquele Balanço não são incluídos os trabalhadores ausentes há mais de seis meses por razões de doença, licenças de maternidade e paternidade, licenças sem vencimento e outras.

Os referidos elementos apresentam a seguinte distribuição:

QUADRO Nº 17

GRUPOS	Comissão de serviço	Contrato por tempo indeterminado	Contrato a termo resolutivo certo	Total	%
Dirigente	23	0	0	23	4,29%
Técnico Superior	0	98	1	99	18,47%
Assistente Técnico	0	160	0	160	29,85%
Assistente Operacional	0	251	0	251	46,83%
Informática	0	1	0	1	0,19%
Outros grupos	0	2	0	2	0,37%
	23	512	1	536	100%

Análise gráfica da afetação por grupos profissionais



O número total de trabalhadores efetivos em 31/12/2019 era composto por 271 homens e 265 mulheres, enquanto que no ano de 2018 foram registados 289 homens e 264 mulheres.

Fonte: Balanço Social 2019

## Estrutura habilitacional do Pessoal, por nível de escolaridade, segundo o sexo

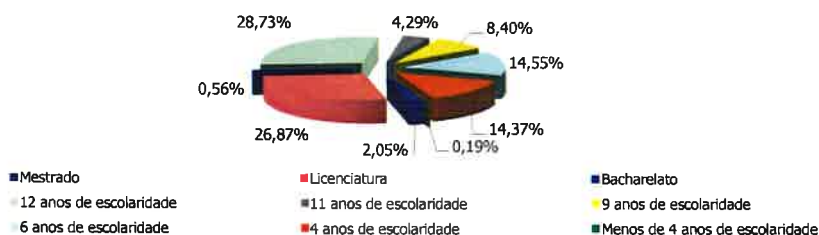
QUADRO Nº 18

Habilitações Literárias			Total	%
Mestrado	4	7	11	2,05%
Licenciatura	99	45	144	26,87%
Bacharelato	1	2	3	0,56%
12 anos de escolaridade	96	58	154	28,73%
11 anos de escolaridade	16	7	23	4,29%
9 anos de escolaridade	22	23	45	8,40%
6 anos de escolaridade	12	66	78	14,55%
4 anos de escolaridade	14	63	77	14,37%
Menos de 4 anos de escolaridade	1	0	1	0,19%
<b>Totais</b>	<b>265</b>	<b>271</b>	<b>536</b>	<b>100%</b>

A componente feminina apresenta níveis de escolaridade mais elevados, sendo que 99 possuem licenciatura e 96 são titulares do 12º ano de escolaridade.

### Representação gráfica dos níveis de qualificação

FIGURA 16



### Absentismo (contagem em dias):

QUADRO Nº 19

Tipo de Ausência	2019		Total	%	Total 2018	% Variação
Casamento	0,00	0,00	0,00	0,00%	40,00	-100,00%
Proteção na parentalidade	882,00	108,00	990,00	4,16%	832,00	18,99%
Falecimento Familiar	48,00	69,00	117,00	0,49%	133,00	-12,03%
Doença	7 575,00	11 582,00	19 157,00	80,44%	22 486,00	-14,80%
Por acidente em serviço ou doença profissional	533,00	1 002,00	1 535,00	6,45%	1 362,00	12,70%
Assist. Família	81,00	38,00	119,00	0,50%	109,00	9,17%
Trabalhador estudante	19,00	46,00	65,00	0,27%	67,00	-2,99%
Por conta período de férias	393,50	451,00	844,50	3,55%	823,50	2,55%
Com perda de vencimento	4,00	0,00	4,00	0,02%	13,00	-69,23%
Greve	85,50	43,00	128,50	0,54%	131,50	-2,28%
Injustificadas	0,00	159,50	159,50	0,67%	366,00	-56,42%
Outros	333,50	363,50	697,00	2,93%	681,00	2,35%
<b>Totais</b>	<b>9 954,50</b>	<b>13 862,00</b>	<b>23 816,5</b>	<b>100%</b>	<b>27 044,00</b>	<b>114%</b>

Nos outros tipos de ausência incluem-se as ausências para formação, doação de sangue, atividade sindical e provas de concurso.

O total de 23.816,5 dias de ausência, para um universo de 536 trabalhadores, representa um elevado nível de absentismo.

As faltas por doença, aliadas aos acidentes de trabalho e doenças profissionais, foram as causas dominantes neste quantitativo sendo que, quanto ao género, teve maior influência o grupo masculino com 12.584 ausências.



No grupo feminino, destacam-se as faltas por doença e por proteção na parentalidade, que atingem as 8.457 ausências.

Fonte: Balanço Social 2019

## Estrutura etária do Pessoal ao serviço da Autarquia

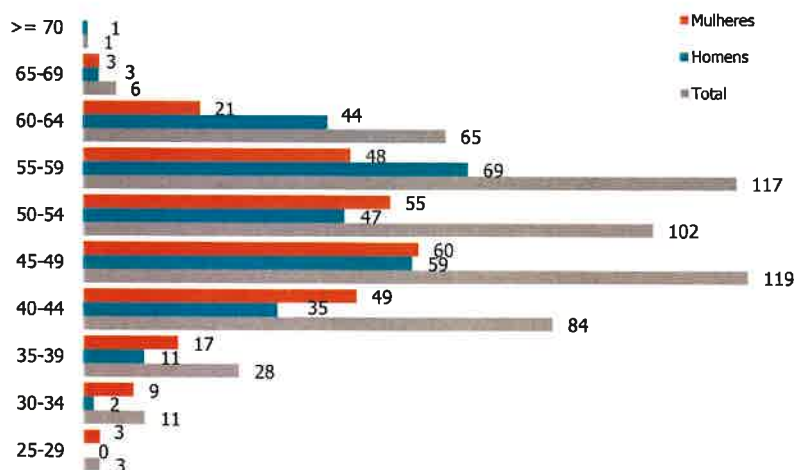
A distribuição do número dos efetivos por escalão etário em 31 de dezembro, demonstra que a média de idades dos colaboradores do Municípios se situa nos 50 anos e que 45,79% dos efetivos têm entre 25 e 49 anos.

QUADRO Nº 20

Idades			Total	%
25-29	3	0	3	0,56%
30-34	9	2	11	2,05%
35-39	17	11	28	5,22%
40-44	49	35	84	15,67%
45-49	60	59	119	22,20%
50-54	55	47	102	19,03%
55-59	48	69	117	21,83%
60-64	21	44	65	12,13%
65-69	3	3	6	1,12%
>= 70	0	1	1	0,19%
<b>Totais</b>	<b>265</b>	<b>271</b>	<b>536</b>	<b>100%</b>

Representação gráfica da estrutura etária dos Recursos Humanos

FIGURA 17



Fonte: Balanço Social 2019

## Formação

Procurando conjugar as necessidades da Câmara com a valorização individual e profissional dos seus funcionários, com o objetivo de atingir níveis de eficiência adequados, no ano de 2019 a formação espelha-se no mapa seguinte:

QUADRO Nº21

Funções	Ações externas		
	Participantes	Horas	%
Dirigente	21	154,00	13,13%
Técnico Superior	88	897,00	55,00%
Assistente Técnico	44	449,00	27,50%
Assistente Operacional	6	189,00	3,75%
Outros	1	33,00	0,63%
<b>Totais</b>	<b>160</b>	<b>1 722,00</b>	<b>100%</b>

A formação externa, com 160 participações, inclui 1.722 horas de formação. No ano 2019 não foram realizadas ações de formação internas.

### Análise gráfica da afetação por grupos profissionais

FIGURA 18



### Contagem das ações de formação

QUADRO Nº 22

Ações	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Ações externas	150	8	1	1	160
<b>Totais</b>	<b>150</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>160</b>

Fonte: Balanço Social 2019

## Nacionalidade dos trabalhadores no exercício de funções

QUADRO Nº 23

Nacionalidade		Dirigente	Técnico Superior	Assist. Técnico	Assist. Operac.	Informática	Outros Grupos	Total
Países da União Europeia	H	9	35	50	173	1	2	270
	M	14	63	110	78	0	0	265
	Total	23	98	160	251	1	2	535
CPLP	H	—	1	—	—	—	—	1
	M	—	—	—	—	—	—	0
	Total	—	1	—	—	—	—	1
Totais	H	9	36	50	173	1	2	271
	M	14	63	110	78	0	0	265
	Total	23	99	160	251	1	2	536

FIGURA 19



## Trabalhadores portadores de grau de deficiência

QUADRO Nº 24

	Dirigente	Técnico Superior	Assist. Técnico	Assist. Operac.	Informática	Outros grupos	Total
H	—	1	1	4	—	—	6
M	—	2	6	1	—	—	9
Total	0	3	7	5	0	0	15

Fonte: Balanço Social 2019

## Transferências

Nos quadros a seguir apresentam-se transferências repartidas por correntes e de capital e as correspondentes participações financeiras que totalizam 3.904.885,88€.

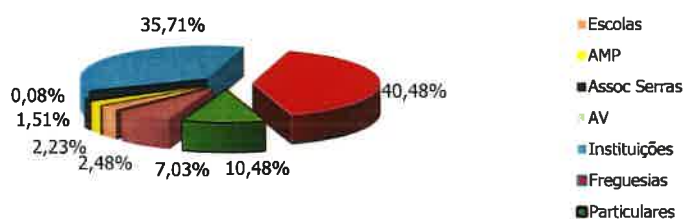
Os apoios financeiros atribuídos pelo Município dentro de um enquadramento regulamentar e na execução de contratos programa, destinam-se a financiar despesas correntes e de capital dos destinatários.

### Correntes

QUADRO Nº 25 V. Euros

Transferências Correntes		Montante	%
Freguesias	Bombeiros	233 100,00	7,03%
	Escolas e Universidades	82 330,60	2,48%
	Área Metropolitana do Porto	73 974,27	2,23%
	Associação das Serras do Porto	50 000,00	1,51%
	Águas de Valongo, SA	2 733,37	0,08%
	Instituições	1 184 757,70	35,71%
	Alfena	162 456,36	4,90%
	Campo e Sobrado	334 211,00	10,07%
	Ermesinde	400 839,90	12,08%
	Valongo	445 487,15	13,43%
	Particulares	347 624,65	10,48%
	<b>Total</b>	<b>3 317 515,00</b>	<b>100%</b>

FIGURA 20



### Capital

QUADRO Nº 26 V. Euros

Transferências de Capital	Montante	%
LIPOR	581 870,88	99,06%
Instituições sem fins lucrativos	5 500,00	0,94%
<b>Total</b>	<b>587 370,88</b>	<b>100%</b>

FIGURA 21



## Encargos da dívida de Empréstimos

QUADRO Nº 27

V. Euros

Entidade	Serviço da dívida	Encargos do ano de 2018			Encargos do ano de 2019			% Variação
		Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total	
Emp. Bonificados - PER		503 717,21	4 159,89	507 877,10	504 363,90	3 589,34	507 953,24	0,01%
Emp. Bonificados - Outros		33 507,66	8,88	33 516,54	25 520,44		25 520,44	-23,86%
<b>Subtotal</b>		<b>537 224,87</b>	<b>4 168,77</b>	<b>541 393,64</b>	<b>529 884,34</b>	<b>3 589,34</b>	<b>533 473,68</b>	<b>-1,46%</b>
Emp. Outros - Diversos		399 999,90	1 988,92	401 988,82	400 238,77	1 610,11	401 848,88	-0,03%
Emp. Outros - Prede		721 406,00	6 666,99	728 072,99	360 703,00	1 389,55	362 092,55	-50,27%
Emp. Outros - PAEL		10 571 532,53	212 603,84	10 784 136,37				
Emp. Líquid. antecipada PAEL + Dívida consolidada à EDP		344 980,84	73 103,79	418 084,63	1 034 942,52	216 043,76	1 250 986,28	
<b>Subtotal</b>		<b>12 037 919,27</b>	<b>294 363,54</b>	<b>12 332 282,81</b>	<b>1 795 884,29</b>	<b>219 043,42</b>	<b>2 014 927,71</b>	<b>-83,66%</b>
<b>Totais</b>		<b>12 575 144,14</b>	<b>298 532,31</b>	<b>12 873 676,45</b>	<b>2 325 768,63</b>	<b>222 632,76</b>	<b>2 548 401,39</b>	

A variação favorável verificada nos encargos da dívida de 2019, relativamente a 2018, de 83,66%, deve-se essencialmente à conclusão da liquidação do empréstimo contraído no âmbito do PREDE, tendo sido paga a última prestação no ano em apreço.

Juros de empréstimos	0,56 %	Serviço da dívida	6,44 %
Receita corrente		Receita corrente	
Juros de empréstimos	0,72 %	Amortizações	91,26 %
Despesa Corrente		Serviço da dívida	
Juros de empréstimos	8,74 %	Serviço da dívida	5,71%
Serviço da dívida		Despesa Total	

### Composição em termos percentuais do serviço da dívida

QUADRO Nº 28

V. Euros

Descrição	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Amortização anual	4 290 916,88	91,98%	2 843 205,16	89,72%	2 843 205,16	89,72%	2 325 768,63	91,26%
Juros	373 909,32	8,02%	325 743,63	10,28%	325 743,63	10,28%	222 632,76	8,74%
Serviço da dívida	4 664 826,20	100%	3 168 948,79	100%	3 168 948,79	100%	2 548 401,39	100%

A Assembleia Municipal, em 28/05/2018, deliberou por maioria aprovar a contratação dos empréstimos de médio/longo prazos para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos e de dívidas abrangidas por acordos de pagamentos, nos termos do art.º 101.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento do Estado de 2018, ao Banco BPI, SA, até ao montante de 11.000.000,00€ e à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, Crl, até ao valor de 10.519.014,10€, por um período de 20 anos, com a taxa indexada à Euribor a 6 meses, acrescida dos spreads de 1,20% e 1,23%, respetivamente.

Estes dois empréstimos, cuja utilização foi nos montantes de 10.412.692,63€ e 10.286.162,76€ respetivamente, substituíram o empréstimo relativo ao PAEL com uma liquidação total e antecipada do mesmo, bem como a dívida consolidada à EDP, cujo pagamento antecipado face ao plano de pagamentos acordado, resultou numa redução da dívida de 40% (5.480.078,45€). Não obstante a referida redução, a transformação da dívida consolidada à EDP em empréstimo de médio e longo prazo, apesar de fazer diminuir o saldo da conta de fornecedores, provocou um aumento do saldo referente à dívida a Instituições de crédito.

## Limite da dívida total

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, veio definir novas regras no que concerne ao limite de endividamento aplicável aos Municípios, orientado por princípios de rigor e eficiência, com o objetivo de minimizar custos diretos e indiretos numa perspetiva de longo prazo, garantir uma distribuição equilibrada de custos pelos orçamentos anuais, prevenir a excessiva concentração temporal de amortização e precaver a exposição a riscos excessivos.

O n.º 1 do art.º 52.º da referida Lei estabelece que a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo as entidades relevantes previstas no art.º 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. O n.º 2 estipula que a dívida total engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de entidades financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

O n.º 3 do mesmo artigo define que, em caso de incumprimento do limite, a Autarquia deve reduzir pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido. Caso cumpra o limite, só pode aumentar, em cada ano, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

O art.º 56.º, n.º 1 da Lei em apreço refere que, sempre que na informação reportada à DGAL a dívida total atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas finanças e autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do Município.

Menciona ainda o n.º 2 que, sempre que na informação reportada à DGAL a dívida total atinja ou ultrapasse 1,5 vezes a média da receita corrente líquida, além das entidades supramencionadas é ainda informado o Banco de Portugal. O n.º 3 prevê que, no caso do Município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no Orçamento inferior a 85%, são informadas as entidades referidas no n.º 1.

O n.º 8 do art.º 98.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015 refere que o montante relativo à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do art.º 52.º da lei .º 73/2013, de 3 de setembro.

Das entidades consideradas como relevantes para efeitos de limite da dívida total constam os serviços municipalizados e intermunicipalizados, entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas (em caso de desequilíbrio de contas - art.º 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), as cooperativas e fundações e entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do Município.

Situação do Município face ao limite estipulado na Lei:

Limite à dívida total do Município:

QUADRO 29		V. Euros
Obs	Descrição	Montante
(1)	Receita corrente líquida:	
	2016	31 586 375
	2017	32 497 709
	2018	36 171 177
	Total	100 255 261
(2)	Média receita corrente líquida (1)/3	33 418 420
(3)	<b>Média x 1,5</b>	<b>50 127 631</b>

QUADRO 30		V. Euros
Descrição	Montante	
Dívida:		
Total		25 730 535
Não orçamental		-1 674 148
Fundo de Apoio Municipal		-59 109
Orçamental		23 997 279
Entidades participadas		3 030 027
<b>Total</b>		<b>27 027 306</b>
<b>Margem absoluta</b>		<b>23 100 325</b>

## Stock da Dívida

Composição e evolução da dívida a curto, médio e longo prazos:

QUADRO Nº 31 V. Euros

Designação da dívida	2019		
	Médio Longo Prazo	Curto Prazo	Total
Empréstimos	23 034 551,53		23 034 551,53
Outros Credores - ADRITEM	50 000,00		50 000,00
Caixa Económica Montepio Geral	657 000,00		657 000,00
Assoc Humanit Bombeiros Vol Valongo	171 250,00		171 250,00
Outros Fornecedores		83 280,45	83 280,45
Estado e outros entes públicos		1 197,13	1 197,13
<b>Subtotal</b>	<b>23 912 801,53</b>	<b>84 477,58</b>	<b>23 997 279,11</b>
Fundo de Apoio Municipal	59 108,50		59 108,50
Operações de Tesouraria		1 674 147,62	1 674 147,62
<b>Subtotal</b>	<b>59 108,50</b>	<b>1 674 147,62</b>	<b>1 733 256,12</b>
<b>Total</b>	<b>23 971 910,03</b>	<b>1 758 625,20</b>	<b>25 730 535,23</b>

O stock da dívida da Autarquia é do valor de 25.730.535,23 €, repartido entre dívida de médio e longo prazos no montante de 23.971.910,03€ e 1.758.625,20€ correspondem a dívida a curto prazo. A dívida de médio e longo prazos inclui a dívida bancária de 23.034.551,53 €, a dívida acordada com a ADRITEM no valor de 50.000,00€, o montante relativo à aquisição de terrenos ao Montepio Geral para ampliação do Parque Urbano de Ermesinde, no valor de 657.000,00€, o valor relativo ao protocolo com os Bombeiros de Valongo no âmbito da Oficina da Regueifa e do Biscoito, de 171.250,00€ e o Fundo de Apoio Municipal, no montante de 59.108,50€.

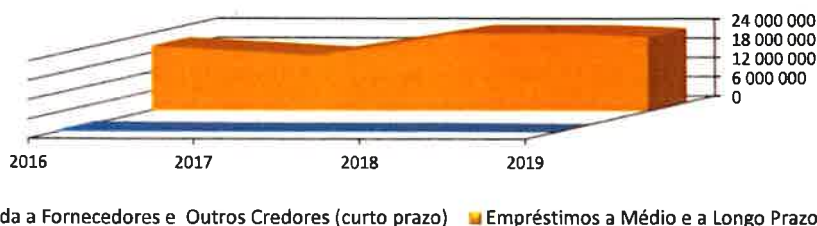
QUADRO Nº 32 V. Euros

Designação Dívida	Anos	2016		2017		2018		2019	
		2016	2017	Var. %	2018	Var. %	2019	Var. %	
Empréstimos a Médio e a Longo Prazo		20 079 814,07	17 236 608,91	-14,16%	25 360 320,16	47,13%	23 034 551,53	-9,17%	
Dívida a Fornecedores e Outros Credores (curto prazo)		653 945,08	367 805,72	-43,76%	420 571,13	14,35%	84 477,58	-79,91%	
<b>Endividamento sub total</b>		<b>20 733 759,15</b>	<b>17 604 414,63</b>	<b>-15,09%</b>	<b>25 780 891,29</b>	<b>46,45%</b>	<b>23 119 029,11</b>	<b>-10,32%</b>	
Outras Dívidas m.l.p.		17 520 100,14	16 780 430,90	-4,22%	50 000,00	-99,70%	878 250,00	1657%	
Fundo de Apoio Municipal		1 182 168,85	945 734,85	100%	177 325,50	-81,25%	59 108,50	-66,67%	
Operações de Tesouraria		736 100,93	817 607,72	11,07%	1 530 799,53	87,23%	1 674 147,62	9,36%	
<b>Endividamento total</b>		<b>40 172 129,07</b>	<b>36 148 188,10</b>	<b>-10,02%</b>	<b>27 539 016,32</b>	<b>-23,82%</b>	<b>25 730 535,23</b>	<b>-6,57%</b>	

O quadro acima permite visualizar a composição da dívida nos últimos quatro anos e identificar a evolução da mesma registando uma diminuição de 6,57% no total, sendo de registar a diminuição de 79,91% na dívida a fornecedores e outros credores e de 9,17% nos empréstimos a médio e longo prazos.

No tocante às Operações de Tesouraria, o acréscimo de 9,36% não tem representação em termos de dívida, são valores de Terceiros à guarda do Município, cuja contrapartida está registada no Ativo do Balanço em disponibilidades. Não constituem dívida visto tratar-se apenas de uma dinâmica de cobranças e pagamentos para Terceiros.

FIGURA 22



Reflexos da evolução do endividamento na estrutura da Dívida Municipal

QUADRO Nº 33

Designação da Dívida	Anos			
	2016	2017	2018	2019
Empréstimos a Médio e Longo Prazo	49,98%	47,68%	92,09%	89,52%
Dívida a Fornecedores e Outros Credores	1,63%	1,02%	1,53%	0,33%
Dívida a outros credores a m. l. prazo	43,61%	46,42%	0,18%	3,41%
Operações de Tesouraria	1,83%	2,26%	5,56%	6,51%
Fundo de Apoio Municipal	0,00%	2,62%	0,64%	0,23%

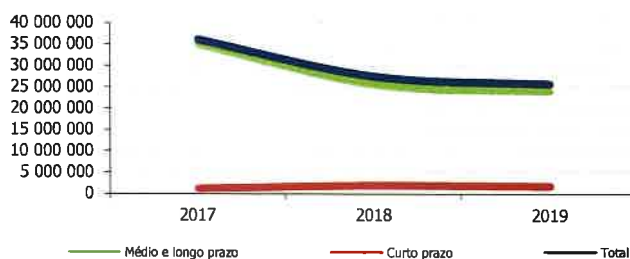
## Evolução do Stock da Dívida

QUADRO Nº 35

V. Euros

Anos	Médio e longo prazo	Taxa de absorção da dívida	Curto prazo	Taxa de absorção da dívida	Total	Taxa de absorção da dívida
2016	38 782 083,06		1 390 046,01		40 172 129,07	
2017	34 962 774,66	10,92%	1 185 413,44	17,26%	36 148 188,10	11,13%
2018	25 587 645,66	36,64%	1 951 370,66	-39,25%	27 539 016,32	31,26%
2019	23 971 910,03	6,74%	1 758 625,20	10,96%	25 730 535,23	7,03%

FIGURA 23



O Stock da dívida registado no Passivo do Balanço integra o total da dívida de curto, médio e longo prazos registada em 31 de dezembro de cada exercício económico. O mapa de evolução do stock da dívida permite analisar a diminuição da dívida relativamente ao ano imediatamente anterior, nas duas componentes.

### Prazo Médio de Pagamentos

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, aprovou o programa de redução de prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços. Para cálculo do prazo médio de pagamentos (PMP) foi criado um indicador no qual o numerador (DF) corresponde ao valor das dívidas de curto prazo a fornecedores e o denominador (A) respeita às aquisições de bens e serviços, efetuadas no mesmo período temporal (Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril).

Relativamente aos anos anteriores, o PMP apresenta uma redução deveras importante e significativa, como se descreve:

Anos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PMP	137	21	6	5	3	4	1

Relativamente ao exercício económico de 2019, a evolução trimestral foi a seguinte:

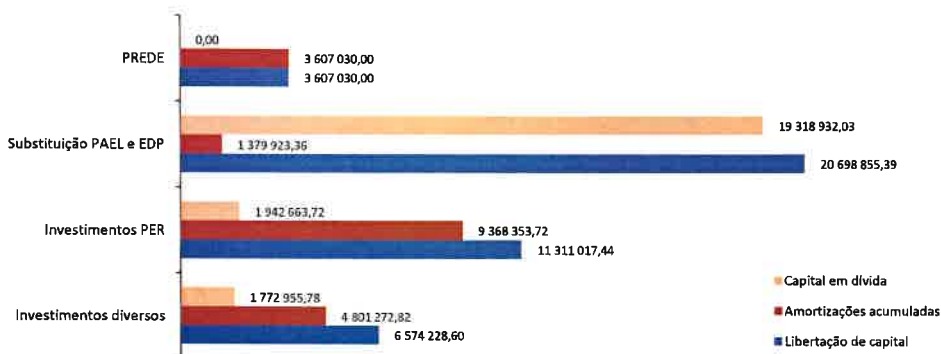
2019	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	
PMP	4	3	2	1	
V. Euros					
Descrição	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
<b>Dívidas a Fornecedores (DF)</b>					
22 (Excluí 229)	67 583,64	79 461,38	70 707,85	83 280,45	301 033,32
252	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
261 (Excluí 2619)	208 080,37	3 044,25	60 572,06	0,00	271 696,68
265	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
266	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
267	0,00	0,00	16 813,46	0,00	16 813,46
<b>Total Trimestre</b>	<b>275 664,01</b>	<b>82 505,63</b>	<b>148 093,37</b>	<b>83 280,45</b>	<b>589 543,46</b>
<b>Aquisições de bens e serviços (A)</b>					
31 (débito s/ 317)	83 384,43	137 130,02	145 909,36	213 085,00	579 508,81
62 (saldo)	1 645 591,61	2 933 540,58	2 783 495,02	4 331 116,71	11 693 743,92
42 (débitos)	154 521,44	200 434,01	794 606,69	19 668 575,84	20 818 137,98
442 (débitos)	698 570,20	1 235 643,97	1 013 240,23	1 741 432,72	4 688 887,12
445 (débitos)	285 815,92	1 123 187,69	1 181 131,60	904 819,65	3 494 954,86
45 (débitos)	76 504,35	84 299,31	105 177,40	2 009 454,12	2 275 435,18
<b>Total Trimestre</b>	<b>2 944 387,95</b>	<b>5 714 235,58</b>	<b>6 023 560,30</b>	<b>28 868 484,04</b>	<b>43 550 667,87</b>
			PMP	(DF/4)/A x 365	1,24

## Empréstimos a médio e longo prazos

QUADRO Nº 36 V. Euros

Descrição	Libertação de capital	Amortizações acumuladas	Capital em dívida
Investimentos diversos	6 574 228,60	4 801 272,82	1 772 955,78
Investimentos no âmbito do PER	11 311 017,44	9 368 353,72	1 942 663,72
PREDE - Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado	3 607 030,00	3 607 030,00	
Liquidação antecipada PAEL e Substituição dívida EDP	20 698 855,39	1 379 923,36	19 318 932,03
<b>Total</b>	<b>42 191 131,43</b>	<b>19 156 579,90</b>	<b>23 034 551,53</b>

FIGURA 24



## Receita Anual absorvida pelo Serviço da Dívida e o Peso dos Encargos Financeiros na Despesa Corrente

QUADRO Nº 37

Descrição	2016	2017	2018	2019
Serviço da Dívida				
Receita Total	12,10%	8,42%	20,84%	52,40%
Encargos Financeiros				
Despesa Corrente	0,06%	1,23%	0,76%	0,72%

Nota: O peso dos juros decorrentes da dívida de empréstimos, relativamente à despesa total, situa-se em 2019 nos 0,50%, enquanto que o total do serviço da dívida se situa nos 5,71% da despesa total

## Detalhe da Dívida a Credores de Médio e Longo Prazo

No ano de 1988, relativamente à concessão do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, foi apurada a dívida do montante de 81.783.344,64€ que, após vários anos de negociação, ficou fixada em 21.618.285,93€. Este abatimento à dívida do valor de 60.165.058,71€, resulta da anulação dos juros debitados de dezembro de 1988 a dezembro de 1994, no montante de 54.172.506,26€ e da valorização excecional do património afeto à concessão e transferido para a EDP, no valor de 5.992.552,45€.

A 10 de outubro de 2002 foi submetido à aprovação da Câmara Municipal, o Protocolo de Cooperação entre a Autarquia e a EDP Distribuição para regularização do saldo da dívida, tendo sido assinado em 25 de Novembro do mesmo ano.

O Protocolo referia que o pagamento da dívida é no prazo de 20 anos, em prestações trimestrais, com vencimento no último dia do trimestre, por encontro de contas com a renda de concessão, desde o primeiro trimestre de 2002 até ao último trimestre de 2021 e última prestação de 13.700.196,10€, com possibilidade de renovação por mais 20 anos, a par da renovação do contrato de concessão, em condições a acordar nessa altura.

No ano de 2018, foi acordada a liquidação total da dívida consolidada à EDP, através do recurso a um empréstimo de médio e longo prazo, tendo resultado deste acordo de pagamento antecipado uma redução da dívida no valor de 5.660.078,43€, estando em 2019 esta situação totalmente regularizada.

## Estrutura e execução do Investimento

O mapa de Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos apresenta um nível de execução global de cerca de 46%, resultado do quociente entre o valor executado e pago do ano (10.859.902,33€) e o valor global previsto deduzido do montante executado referente a anos anteriores (35.017.565,00€ - 9.652.945,23€). Esta taxa reflete o peso da execução anual face à previsão global do PPI (ano + anos seguintes).

A realização dos projetos insertos em PPI tem uma continuidade no tempo, dado que a obra inicia-se e vai obedecendo a um cronograma financeiro, dando origem a faturas de execução física e obra em curso. Tendo em conta este facto, apura-se uma taxa de execução na ordem dos 81,51%. Se a análise tiver por base a execução física (faturação paga) a realização do ano situa-se em 58,68%.

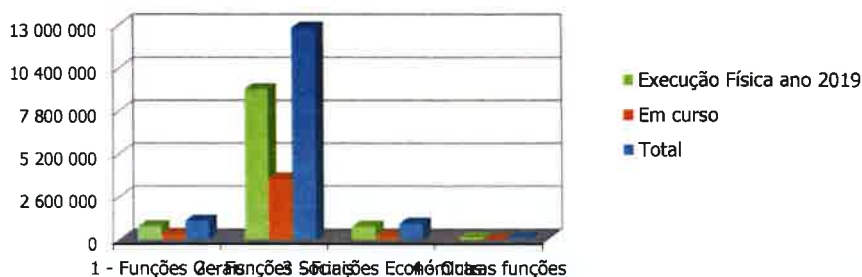
Para a análise mais apurada do comportamento do investimento nas diferentes dinâmicas de atuação da gestão municipal, sugere-se a leitura dos quadros seguintes:

QUADRO Nº 38

V. Euros

Objectivos	Áreas de Investimento	A	B2	(B1+B2) / A	C	C/A	D=(B1+B2) +C	D/A
		Dotação Definida (final)	Executado pago do ano 2019	%	Em Curso	%	Total (Cabimento)	%
1 Funções Gerais	Edifícios Património Municipal	1 462 372,00	289 037,87	19,77%	275 977,31	18,87%	565 015,18	38,64%
	Mobiliário Maquinaria Equipamento	310 810,00	217 141,73	69,86%	65 450,76	21,06%	282 592,49	90,92%
	Material de Transporte	205 750,00	201 855,89	98,11%			201 855,89	98,11%
	Outras funções gerais	123 210,00	106 759,08	43,06%			106 759,08	43,06%
	Polícia municipal	1 000,00						
2 Funções Sociais	Educação	2 827 365,00	1 502 471,31	53,14%	917 554,59	32,45%	2 420 025,90	85,59%
	Ação Social	1 616 595,00	1 553 532,81	96,10%	17 783,97	1,10%	1 571 316,78	97,20%
	Ordenamento Território	5 870 100,00	3 171 654,24	54,03%	1 803 377,23	30,72%	4 975 031,47	84,75%
	Resíduos sólidos	1 000,00						
	Prot meio ambiente conserv natureza	1 699 115,00	893 697,61	52,60%	557 878,07	32,83%	1 451 575,68	85,43%
	Cultura	2 604 000,00	1 884 613,90	72,37%	356 915,38	13,71%	2 241 529,28	86,08%
	Desporto Recreio e Lazer	375 779,00	121 712,89	32,39%	50 475,90	13,43%	172 188,79	45,82%
3 Funções Económicas	Indústria e energia	67 485,00	44 706,80	66,25%	1 040,65	1,54%	45 747,45	67,79%
	Construções e Pav. - Alfena	251 095,00	195 467,23	77,85%	50 569,74	20,14%	246 036,97	97,99%
	Construções e Pav. - Campo e Sobrado	211 915,00	94 066,84	44,39%	54 351,01	25,65%	148 417,85	70,04%
	Construções Pav. - Ermesinde	53 200,00	31 598,99	59,40%	17 250,75	32,43%	48 849,74	91,82%
	Construções e Pav. - Valongo	9 410,00			1 089,78	11,58%	1 089,78	11,58%
	Outras Obras Construção Concelho	612 810,00	371 534,00	60,63%	55 148,91	9,00%	426 682,91	69,63%
	Segurança Rodoviária	84 515,00	61 834,14	73,16%			61 834,14	73,16%
4 Outras Funções	Diversas não especificadas	118 217,00	118 217,00	100,00%			118 217,00	100,00%
<b>Totais</b>		<b>18 505 743,00</b>	<b>10 859 902,33</b>	<b>58,68%</b>	<b>4 224 864,05</b>	<b>22,83%</b>	<b>15 084 766,38</b>	<b>81,51%</b>

FIGURA 25



## Estrutura e execução do Investimento

O mapa de Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos apresenta um nível de execução global de cerca de 46%, resultado do quociente entre o valor executado e pago do ano (10.859.902,33€) e o valor global previsto deduzido do montante executado referente a anos anteriores (35.017.565,00€ - 9.652.945,23€). Esta taxa reflete o peso da execução anual face à previsão global do PPI (ano + anos seguintes).

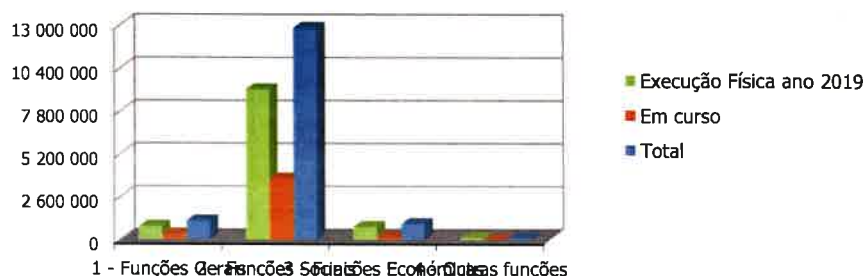
A realização dos projetos insertos em PPI tem uma continuidade no tempo, dado que a obra inicia-se e vai obedecendo a um cronograma financeiro, dando origem a faturas de execução física e obra em curso. Tendo em conta este facto, apura-se uma taxa de execução na ordem dos 81,51%. Se a análise tiver por base a execução física (faturação paga) a realização do ano situa-se em 58,68%.

Para a análise mais apurada do comportamento do investimento nas diferentes dinâmicas de atuação da gestão municipal, sugere-se a leitura dos quadros seguintes:

QUADRO Nº 38 V. Euros

Objectivos	Áreas de Investimento	A	B2	(B1+B2) / A	C	C/A	D=(B1+B2) +C	D/A
		Dotação Definida (final)	Executado pago do ano 2019	%	Em Curso	%	Total (Cabimento)	%
1 Funções Gerais	Edifícios Património Municipal	1 462 372,00	289 037,87	19,77%	275 977,31	18,87%	565 015,18	38,64%
	Mobiliário Maquinaria Equipamento	310 810,00	217 141,73	69,86%	65 450,76	21,06%	282 592,49	90,92%
	Material de Transporte	205 750,00	201 855,89	98,11%			201 855,89	98,11%
	Outras funções gerais	123 210,00	106 759,08	43,06%			106 759,08	43,06%
	Polícia municipal	1 000,00						
2 Funções Sociais	Educação	2 827 365,00	1 502 471,31	53,14%	917 554,59	32,45%	2 420 025,90	85,59%
	Ação Social	1 616 595,00	1 553 532,81	96,10%	17 783,97	1,10%	1 571 316,78	97,20%
	Ordenamento Território	5 870 100,00	3 171 654,24	54,03%	1 803 377,23	30,72%	4 975 031,47	84,75%
	Resíduos sólidos	1 000,00						
	Prot meio ambiente conserv natureza	1 699 115,00	893 697,61	52,60%	557 878,07	32,83%	1 451 575,68	85,43%
	Cultura	2 604 000,00	1 884 613,90	72,37%	356 915,38	13,71%	2 241 529,28	86,08%
	Desporto Recreio e Lazer	375 779,00	121 712,89	32,39%	50 475,90	13,43%	172 188,79	45,82%
3 Funções Económicas	Indústria e energia	67 485,00	44 706,80	66,25%	1 040,65	1,54%	45 747,45	67,79%
	Construções e Pav. - Alfena	251 095,00	195 467,23	77,85%	50 569,74	20,14%	246 036,97	97,99%
	Construções e Pav. - Campo e Sobrado	211 915,00	94 066,84	44,39%	54 351,01	25,65%	148 417,85	70,04%
	Construções Pav. - Ermesinde	53 200,00	31 598,99	59,40%	17 250,75	32,43%	48 849,74	91,82%
	Construções e Pav. - Valongo	9 410,00			1 089,78	11,58%	1 089,78	11,58%
	Outras Obras Construção Concelho	612 810,00	371 534,00	60,63%	55 148,91	9,00%	426 682,91	69,63%
	Segurança Rodoviária	84 515,00	61 834,14	73,16%			61 834,14	73,16%
4 Outras Funções	Diversas não especificadas	118 217,00	118 217,00	100,00%			118 217,00	100,00%
<b>Totais</b>		<b>18 505 743,00</b>	<b>10 859 902,33</b>	<b>58,68%</b>	<b>4 224 864,05</b>	<b>22,83%</b>	<b>15 084 766,38</b>	<b>81,51%</b>

FIGURA 25



## Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano representam o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, sendo constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelas Atividades Mais Relevantes e cuja taxa de execução das GOP's será a que tem por base o registo da faturação, 69,52%, traduzindo a despesa efetivamente realizada.

O PPI contém a despesa de investimento, sendo que as Atividades Mais Relevantes incluem despesas correntes, com carácter plurianual.

Na dotação das Grandes Opções do Plano, o Plano Plurianual de Investimentos representa 70,17% e as Atividades Mais Relevantes 29,83%. Relativamente ao valor realizado das Grandes Opções do Plano, o PPI e as AMR têm um peso de 59,24% e de 40,76%, respetivamente.

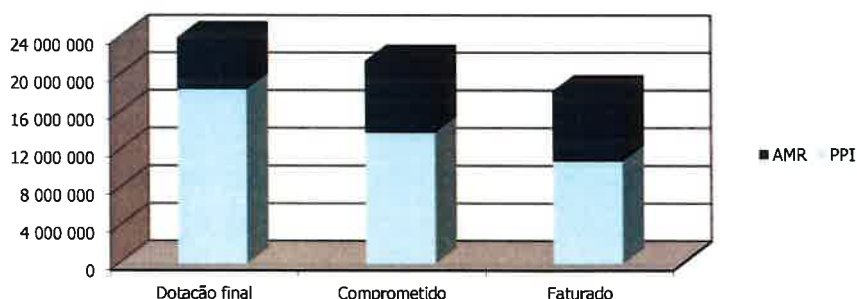
O mapa que a seguir se apresenta mostra a estrutura das Grandes Opções do Plano por objetivos, comparando o valor executado.

QUADRO Nº 39 V. Euros

Classificação Funcional	Dotação final		Comprometido		Realizado	
	PPI	AMR	PPI	AMR	PPI	AMR
1 Funções Gerais	2 103 142,00	997 708,00	1 131 868,64	918 002,97	814 794,57	915 268,13
2 Funções Sociais	14 993 954,00	4 468 705,00	11 714 619,70	4 329 514,12	9 127 682,76	4 184 865,49
3 Funções Económicas	1 290 430,00	1 157 127,00	948 978,84	1 150 048,67	799 208,00	1 150 047,67
4 Outras Funções	118 217,00	1 242 325,00	118 217,00	1 223 482,60	118 217,00	1 223 482,60
<b>Totais</b>	<b>18 505 743,00</b>	<b>7 865 865,00</b>	<b>13 913 684,18</b>	<b>7 621 048,36</b>	<b>10 859 902,33</b>	<b>7 473 663,89</b>
<b>Total GOP's</b>	<b>26 371 608,00</b>		<b>21 534 732,54</b>		<b>18 333 566,22</b>	

FIGURA 26

### Grandes Opções do Plano



A parte mais significativa da afetação das despesas das GOP, na ótica da realização, ocorreu nas Funções Sociais com um montante de despesa realizada de 13.312.548,25€, consequência do esforço realizado pela Autarquia no que concerne à Educação, Ação Social, Desporto, Recreio e Lazer, Ordenamento do Território, Cultura e Resíduos Sólidos.

As Funções Económicas são do valor total de 1.949.255,67€, surgindo por último as Funções Gerais e as Outras Funções nos montantes de 1.730.062,70€ e de 1.341.699,60€, respetivamente.

## Despesa de Investimento e fontes de financiamento

Destacam-se da execução do PPI as componentes que constituem o investimento, a seguir referenciadas:

Descrição	Montantes			
	Faturado	%	Pago	%
Terrenos	928 382,45	8,64%	928 382,45	8,64%
Edifícios	3 778 538,00	35,18%	3 778 538,00	35,18%
Construções diversas	4 231 517,87	39,39%	4 231 517,87	39,39%
Material de transporte	201 855,89	1,88%	201 855,89	1,88%
Equipamento de informática	178 494,48	1,66%	178 494,48	1,66%
Software informático	118 406,69	1,10%	118 406,69	1,10%
Equipamento administrativo	54 512,78	0,51%	54 512,78	0,51%
Equipamento básico	1 244 677,17	11,59%	1 244 677,17	11,59%
Artigos e objetos de valor	5 300,00	0,05%	5 300,00	0,05%
<b>Total</b>	<b>10 741 685,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>10 741 685,33</b>	<b>100,00%</b>

Esta descrição permite analisar as despesas económicas, ocupando uma percentagem significativa os Edifícios e as Construções Diversas.

O Investimento Autárquico foi financiado pelas componentes descritas no quadro a seguir:

Descrição	Montante	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro (capital)	870 677,00	8,11%
Participações comunitárias projetos co-financiados	4 314 201,56	40,16%
Poupança corrente (parte)	5 556 806,77	51,73%
<b>Total</b>	<b>10 741 685,33</b>	<b>100,00%</b>

Na ótica da realização, a despesa de investimento constitui 77,99% da despesa de capital e diz essencialmente respeito a obras e construção de edifícios, nomeadamente a Oficina da Regueifa e do Biscoito, o Centro de Serviços do Parque das Serras, a Casa do Conhecimento e todo o investimento realizado nas escolas do Concelho.

Também as obras realizadas no âmbito do Ordenamento do Território merecem destaque, nomeadamente as incluídas no Programa de Incremento de Infraestrutura de Mobilidade Suave e no Programa Municipal de Acessibilidade para Todos. Destacam-se ainda todas as obras de modernização e requalificação dos espaços públicos e reabilitação de habitação social realizadas em diversos PER do Concelho.

## Relação Receitas e Despesas e suas componentes

### Mapa de Origem e Aplicação de Fundos

O quadro a seguir permite apreciar os grandes grupos de receita, que de forma agrupada servem de cobertura às despesas, por ordem decrescente de rigidez.

QUADRO Nº 42

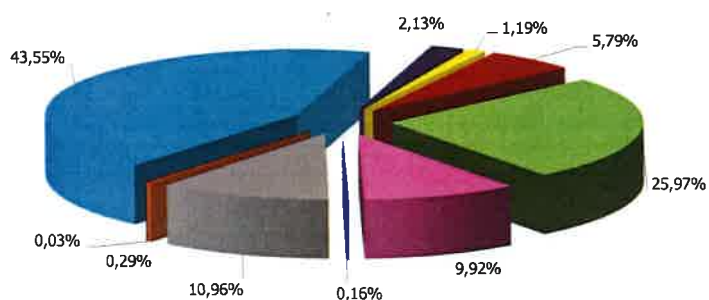
ORIGEM DE FUNDOS		APLICAÇÃO DE FUNDOS	
Fundos Municipais (Correntes)	20,36%	Pessoal	25,10%
Imposto Único Circulação, IMT e Outros	13,81%		
Outras Transferências Correntes	3,57%	Bens e Serviços	25,18%
Taxas, Venda de Bens e Serviços e Rendimentos de Propriedade	17,55%		
Outras Receitas correntes	0,15%	Restantes despesas	11,41%
		Encargos Financeiros	0,45%
Imposto Municipal s/ Imóveis e Derrama	26,34%	Ativos financeiros	0,24%
		Investimento + Transferências de Capital	22,81%
Fundos Municipais (Capital)	1,75%	Passivos Financeiros	4,68%
Outras Transferências	8,35%		
Venda bens de investimento	0,29%	Saldo Final	10,12%
Saldo Inicial	7,82%		

≡ Poupança Disponível = (Poupança Corrente - Amortizações)

## ANÁLISE GRÁFICA DA ESTRUTURA DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

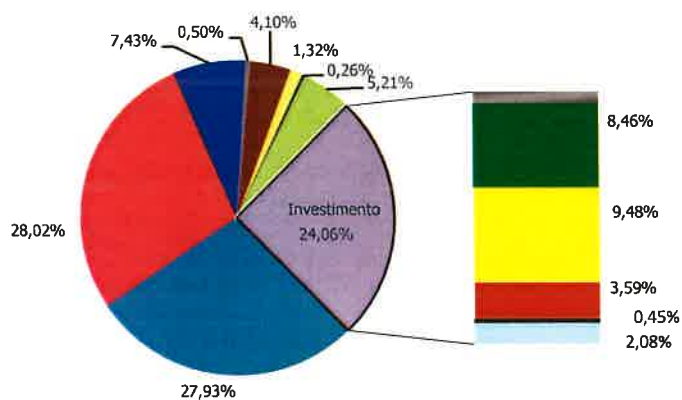
FIGURA 27

### Estrutura da Receita Total



Impostos Directos	43,55%	Venda de Bens e Serviços	9,92%
Impostos Indirectos	2,13%	Outras Receitas Correntes	0,16%
Taxas Multas e O. Penalidades	1,19%	Transferências de Capital	10,96%
Rendimentos de Propriedade	5,79%	Passivos Financeiros	0,29%
Transferências Correntes	25,97%	Reposições não abatidas nos pagam.	0,03%

### Estrutura da Despesa Total



Pessoal	27,93%	Passivos Financeiros	5,21%
Aquisição de Bens e Serviços	28,02%	Investimento:	24,06%
Transferências Correntes	7,43%	Edifícios	8,46%
Encargos Financeiros	0,50%	Construções diversas	9,48%
Outras Despesas Correntes	4,10%	Equipamento diverso	3,59%
Transferências de Capital	1,32%	Material de transporte	0,45%
Ativos Financeiros	0,26%	Terrenos	2,08%

## EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

### Taxas de execução, tendo por base o Orçamento Inicial

QUADRO Nº 43

Rubricas	Anos	2016	2017	2018	2019	Média
<b>Receita:</b>						
Corrente		100,77%	98,53%	102,19%	98,78%	100,07%
Capital		313,78%	12,17%	182,82%	44,67%	138,36%
<b>Total</b>		<b>104,24%</b>	<b>92,87%</b>	<b>131,20%</b>	<b>86,93%</b>	<b>103,81%</b>
<b>Despesa:</b>						
Corrente		95,73%	127,78%	140,16%	101,93%	116,40%
Capital		114,78%	59,07%	102,19%	61,59%	84,41%
<b>Total</b>		<b>99,60%</b>	<b>85,06%</b>	<b>123,61%</b>	<b>84,80%</b>	<b>98,27%</b>

A receita corrente executada foi de 98,78% do orçamento inicial. No tocante à receita de capital, este indicador foi de 44,67%. A média aritmética simples da cobrança dos últimos quatro anos rondou os 103,81% (100,07% para correntes e 138,36% para capital).

A média aritmética simples da despesa global nos últimos quatro anos, resultado das previsões iniciais e execuções, situa-se em 98,27% (116,40% para corrente e 84,41% para capital).

### Previsão Final / Execução

QUADRO Nº 44

V. Euros

Descrição	Orçamento Final	Execução (Realizado)	Taxa execução	Desvio
<b>Receita:</b>				
Corrente	41 029 408,00	40 617 192,58	0,99	-412 215,42
Capital	9 455 949,00	5 149 976,44	0,54	-4 305 972,56
Outras	1 500,00	14 605,29	9,74	13 105,29
Subtotal	50 486 857,00	45 781 774,31	0,91	-4 705 082,69
Saldo gerência anterior	3 884 406,98	3 884 406,98		
<b>Total</b>	<b>54 371 263,98</b>	<b>49 666 181,29</b>	<b>0,91</b>	<b>-4 705 082,69</b>
<b>Despesa:</b>				
Corrente	32 937 649,98	30 870 153,29	0,94	-2 067 496,69
Capital	21 433 614,00	13 773 041,84	0,64	-7 660 572,16
<b>Total</b>	<b>54 371 263,98</b>	<b>44 643 195,13</b>	<b>0,82</b>	<b>-9 728 068,85</b>

Observando o Controlo Orçamental da Receita, no seguimento da execução orçamental, o grau de execução da receita é de 89,41%, sendo o registo das receitas correntes de 96,48% e para capital 54,46%. Este valores diferem dos apresentados no Quadro n.º 44 dado que têm por base a receita líquida (deduzida dos reembolsos e restituições).

Analisando os valores orçamentados finais, no que respeita à despesa global realizada, a percentagem de execução foi de 82,11%. No que concerne à despesa este indicador é de 93,72% para a corrente e de 64,26% para a de capital.

Quando analisado o Controlo Orçamental da Despesa, o mesmo evidencia um grau de execução global de 82,10%, sendo 93,71% para a despesa corrente e 64,26% para a despesa de capital, na ótica dos pagamentos, pelo que as percentagem diferem das apresentadas no Quadro n.º 44.

### Demonstração do Equilíbrio Orçamental

A execução do Orçamento de 2019 cumpre a regra de equilíbrio orçamental, uma vez que o total da receita corrente bruta cobrada (40.617.192,58€) é superior ao total da despesa corrente executada, deduzida do pagamento da liquidação antecipada da dívida consolidada à EDP, financiada por receita de capital consignada (empréstimo), adicionada das amortizações médias de empréstimos a médio e longo prazos (31.482.877,09€), de acordo com o definido no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

QUADRO Nº 45

Receita corrente bruta cobrada	40 617 192,58	Despesa Corrente Realizada	30 870 153,29
		Amortizações Médias de Empréstimos M/L prazos	3 079 357,75
<b>Total (1)</b>	<b>40 617 192,58</b>	<b>Total (2)</b>	<b>33 949 511,04</b>
<b>Receita Corrente Bruta ≥ Despesa corrente + Amortizações Médias Empréstimos M/L Prazos (3) = (1) - (2)</b>			<b>6 667 681,54</b>

## Receita Prevista/ Cobrada

QUADRO Nº 46

V. Euros

Descrição	Ano 2018			Ano 2019		
	Receita		Desvios	Receita		Desvios
	Dotação final	Cobrada	%	Dotação final	Cobrada	%
<b>Receita Corrente</b>						
Impostos Diretos:	15 901 000,00	17 312 914,95	8,88%	18 801 000,00	19 939 651,39	6,06%
Imposto municipal s/ imóveis	10 000 000,00	11 021 775,22	10,22%	12 000 000,00	10 989 751,87	-8,42%
Imposto único circulação	2 100 000,00	2 095 253,58	-0,23%	2 100 000,00	2 200 852,07	4,80%
Imposto mun. s/ trans onerosas imóveis	2 100 000,00	3 219 704,44	53,32%	3 000 000,00	4 655 333,69	55,18%
Derrama	1 700 000,00	975 497,65	-42,62%	1 700 000,00	2 092 936,41	23,11%
Imposto abolidos	1 000,00	684,06	-31,59%	1 000,00	777,35	-22,27%
Impostos Indiretos:	1 119 000,00	1 275 060,78	13,95%	1 825 210,00	973 681,45	-46,65%
Loteamentos e obras	638 000,00	77 002,43	-87,93%	884 210,00	387 746,84	-56,15%
Outros imp ind. especific autarq locais	481 000,00	1 198 058,35	149,08%	941 000,00	585 934,61	-37,73%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	878 500,00	485 163,48	-44,77%	1 018 000,00	545 392,76	-46,43%
Rendimentos de Propriedade	2 609 000,00	1 873 623,97	-28,19%	2 675 000,00	2 652 933,16	-0,82%
Transferências Correntes:	10 779 013,00	11 210 753,93	4,01%	11 513 448,00	11 889 509,86	3,27%
Fundos	9 639 531,00	9 639 531,00	0,00%	10 114 230,00	10 114 230,00	0,00%
Outras - Estado	992 000,00	1 387 579,22	39,88%	962 000,00	1 589 440,19	65,22%
Particip comunit. proj. cofinanciados	67 482,00	92 314,91	36,80%	352 716,00	178 487,88	-49,40%
Serviços e fundos autónomos	80 000,00	91 328,80	14,16%	84 502,00	7 351,79	-91,30%
Venda de Bens e Serviços Correntes	4 224 700,00	4 071 742,70	-3,62%	4 746 750,00	4 543 122,93	-4,29%
Outras Receitas correntes	184 000,00	336 195,62	82,72%	450 000,00	72 901,03	-83,80%
<b>Total da Receita Corrente</b>	<b>35 695 213,00</b>	<b>36 565 455,43</b>	<b>2,44%</b>	<b>41 029 408,00</b>	<b>40 617 192,58</b>	<b>-1,00%</b>
<b>Receita de Capital</b>						
Venda de bens de investimento	2 200,00	0,00	-100,00%	116 190,00	131 804,55	13,44%
Transferências de Capital:	11 933 516,05	4 497 366,69	-62,31%	9 339 759,00	5 018 171,89	-46,27%
Fundos	554 934,00	554 934,00	0,00%	870 677,00	870 677,00	0,00%
Particip comunit. proj. cofinanciados	11 079 515,05	3 707 554,83	-66,54%	8 368 073,00	4 135 713,68	-50,58%
Outras	299 067,00	234 877,86	-21,46%	101 009,00	11 781,21	-88,34%
Passivos financeiros	20 698 855,39	20 698 855,39	0,00%	0,00	0,00	
<b>Total da Receita de Capital</b>	<b>32 634 571,44</b>	<b>25 196 222,08</b>	<b>-22,79%</b>	<b>9 455 949,00</b>	<b>5 149 976,44</b>	<b>-45,54%</b>
Reposições não abatidas aos pagamentos	1 619,50	13 777,90		1 500,00	14 605,29	
Saldo da gerência anterior	3 226 933,62	3 226 933,62		3 884 406,98	3 884 406,98	
<b>Total da Receita</b>	<b>71 558 337,56</b>	<b>65 002 389,03</b>	<b>-9%</b>	<b>54 371 263,98</b>	<b>49 666 181,29</b>	<b>-9%</b>

Pela análise do quadro verifica-se que a receita cobrada no exercício económico de 2019 apresenta um desvio negativo de 9%, relativamente aos montantes das dotações previstas finais.

Constata-se, tal como no ano anterior, que o nível de execução da receita se aproxima dos montantes das dotações finais, facto que denota rigor e exatidão na previsão da receita, aquando a elaboração do Orçamento.

## Despesa Prevista/Compromissos e Pagamentos

QUADRO Nº 47

V. Euros

Classificação Orgânica	Dotação Orçamental			Despesa		Diferença (compr-pago)	
	Inicial	Final	Var %	Comprometida	Paga	Valor	%
<b>01 Assemb.Mun.</b>	47 500,00	47 500,00	0,00%	32 926,59	32 926,59	0,00	0,00%
01 Pessoal	42 000,00	42 000,00	0,00%	31 588,44	31 588,44	0,00	0,00%
02 Aquisição de bens e serviços	5 500,00	5 500,00	0,00%	1 338,15	1 338,15	0,00	0,00%
<b>Despesa Corrente</b>	<b>47 500,00</b>	<b>47 500,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>32 926,59</b>	<b>32 926,59</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>02 Câmara Municipal</b>	30 237 553,00	32 890 149,98	0,09	31 434 404,39	30 831 592,47	602 811,92	0,02
01 Pessoal	12 442 740,00	12 506 590,00	0,51%	12 440 245,07	12 436 770,40	3 474,67	0,03%
02 Aquisição de bens e serviços	12 986 089,00	14 203 950,98	9,38%	13 050 666,22	12 505 002,99	545 663,23	4,18%
03 Juros e outros encargos	281 423,00	240 787,00	-14,44%	222 765,18	222 765,18	0,00	0,00%
04 Transferências correntes	3 245 243,00	3 544 511,00	9,22%	3 351 486,90	3 317 515,00	33 971,90	1,01%
05 Subsídios	269 091,00	519 566,00	93,08%	519 543,33	519 542,33	1,00	0,00%
06 Outras despesas correntes	1 012 967,00	1 874 745,00	85,07%	1 849 697,69	1 829 996,57	19 701,12	1,07%
<b>Despesa Corrente</b>	<b>30 237 553,00</b>	<b>32 890 149,98</b>	<b>8,77%</b>	<b>31 434 404,39</b>	<b>30 831 592,47</b>	<b>602 811,92</b>	<b>1,92%</b>
07 Aquisição de bens de capital	19 282 120,00	18 387 526,00	-4,64%	13 795 467,18	10 741 685,33	3 053 781,85	22,14%
08 Transferências de capital	636 524,00	602 024,00	-5,42%	589 894,21	587 370,88	2 523,33	0,43%
09 Ativos financeiros	118 217,00	118 217,00	0,00%	118 217,00	118 217,00	0,00	0,00%
10 Passivos financeiros	2 325 847,00	2 325 847,00	0,00%	2 325 768,63	2 325 768,63	0,00	0,00%
<b>Despesa de Capital</b>	<b>22 362 708,00</b>	<b>21 433 614,00</b>	<b>-4,15%</b>	<b>16 829 347,02</b>	<b>13 773 041,84</b>	<b>3 056 305,18</b>	<b>18,16%</b>
<b>Total</b>	<b>52 647 761,00</b>	<b>54 371 263,98</b>	<b>3,27%</b>	<b>48 296 678,00</b>	<b>44 637 560,90</b>	<b>3 659 117,10</b>	<b>7,58%</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>30 285 053,00</b>	<b>32 937 649,98</b>	<b>8,76%</b>	<b>31 467 330,98</b>	<b>30 864 519,06</b>	<b>602 811,92</b>	<b>1,92%</b>
<b>Despesa de Capital</b>	<b>22 362 708,00</b>	<b>21 433 614,00</b>	<b>-4,15%</b>	<b>16 829 347,02</b>	<b>13 773 041,84</b>	<b>3 056 305,18</b>	<b>18,16%</b>

## Indicadores

### Rácios Financeiros

Pessoal	30,70 %	Amortizações e Juros	5,57 %
Receita Corrente		Receitas Totais	
Despesa Corrente	75,99 %	Receitas Próprias	64,36 %
Receita Corrente		Despesa Total	

### Rácios de Expressão das Finanças Municipais sobre o Concelho

Desp. c /Pessoal	129,56 €/habit	Impostos	217,31 €/habit
População Residente		População Residente	
Investimento	111,61 €/habit	Investimento	1.432,22 € /Km <sup>2</sup>
População Residente		Área Municipal	
Receita cobrada	516,07 €/habit	Compromissos por pagar	38,02 € /habit
População Residente		População Residente	

Fontes/Entidades: INE/PORDATA - população residente/2018: 96.239

**Eleitos Locais - Remunerações auferidas, durante 2019, no âmbito do exercício das funções.**

V. Euros

Nome	Cargo	Rendim. Bruto	Descontos	Rendim. Líquido
José Manuel Pereira Ribeiro	Presidente	66 452,19	28 182,45	38 269,74
Ana Maria Martins Rodrigues	Vice presidente	49 367,16	20 521,11	28 846,05
Orlando Gaspar Rodrigues	Vereador	49 359,83	20 355,46	29 004,37
Paulo Jorge Esteves Ferreira	Vereador	49 042,44	17 970,71	31 071,73
José Maria Veloso Delgado	Vereador (1/2T)	20 204,45	3 024,00	17 180,45
Maria Manuela da Silva Moreira Duarte	Vereadora (1/2T)	--	--	--
Alberto Fernando Correia Neto	Vereador	--	--	2 746,80
Luís Miguel Mendes Ramalho	Vereador	--	--	1 907,50
José António Ferreira da Silva	Vereador	--	--	3 052,00
Carla Eduarda Pereira Caetano	Vereador (Subst)	--	--	152,60
Fernando Luís Marta Neves	Vereador (Subst)	--	--	76,30
Miguel Jorge Mendes Teixeira	Vereador (Subst)	--	--	915,60
Neuza Margarida Ferreira Pinto	Vereadora (Subst)	--	--	457,80
Vânia Marta da Silva Moreira Penida	Vereadora (Subst)	--	--	686,70
Abílio José Vilas Boas Ribeiro	Presidente A. M.	--	--	2 746,80
António Joaquim Queijo Barbosa	1º Secretário	--	--	2 289,12
Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima	2º Secretário	--	--	2 289,12
Adelino Joaquim Machado Soares	Membro A. M.	--	--	915,60
Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre	Membro A. M.	--	--	534,10
Alexandre Manuel da Silva Teixeira	Membro A. M.	--	--	1 297,10
Alfredo da Costa Sousa	Membro A. M.	--	--	1 297,10
Ana Carina Fonseca da Silva	Membro A. M.	--	--	610,40
Ana das Mercês Fernandes de Oliveira	Membro A. M.	--	--	76,30
Ana Isabel Loureiro Pereira	Membro A. M.	--	--	610,40
Anabela Maria Freire de Sousa	Membro A. M.	--	--	839,30
António César Ribeiro Ferreira	Membro A. M.	--	--	610,40
António Fernando Correia Monteiro	Membro A. M.	--	--	1 297,10
Antonio Sérgio Ribeiro Pinto	Membro A. M.	--	--	228,90
Armando Gabriel Teixeira Baltazar	Membro A. M.	--	--	610,40
Arnaldo Pinto Soares	Membro A. M.	--	--	839,30
Berta Maria Santos Ferreira Pinheiro	Membro A. M.	--	--	534,10
Catarina Maria Moreira das Neves Lobo	Membro A. M.	--	--	1 144,50
Daniel Filipe Alves Felgueiras	Membro A. M.	--	--	534,10
Daniel Torres Gonçalves	Membro A. M.	--	--	534,10
Daniela Maria Sampaio Ribeiro	Membro A. M.	--	--	152,60
Esperança Maria de Oliveira Teixeira	Membro A. M.	--	--	686,70
Fernando Jorge das Neves Ferreira	Membro A. M.	--	--	457,80
Hélder Filipe Ribeiro da Silva	Membro A. M.	--	--	76,30
Hélio Fernando da Silva Rebelo	Membro A. M.	--	--	686,70
Hugo Jorge da Rocha Padilha	Membro A. M.	--	--	686,70
Ivo Vale das Neves	Membro A. M.	--	--	915,60
Joana Catarina Martins Machado	Membro A. M.	--	--	152,60
João Fernando da Costa Morgado	Membro A. M.	--	--	1 220,80
Joaquim António Leitão de Almeida	Membro A. M.	--	--	381,50
Joaquim Moreira	Membro A. M.	--	--	686,70
José Carvalho Ferreira Marujo	Membro A. M.	--	--	76,30
José Manuel Nicolau Ferreira	Membro A. M.	--	--	76,30
Leandro Filipe Ribeiro Ferreira	Membro A. M.	--	--	76,30
Luís Paulo Moreira Cunha	Membro A. M.	--	--	610,40
Manuel Fernando Almeida Ferreira Pinho	Membro A. M.	--	--	76,30
Manuel Ramos Melo	Membro A. M.	--	--	610,40
Maria da Trindade Morgado do Vale	Membro A. M.	--	--	457,80
Miguel Cardoso Ferreira	Membro A. M.	--	--	152,60
Nuno António Dias Monteiro	Membro A. M.	--	--	152,60
Nuno Miguel Borges Pinheiro Cardoso	Membro A. M.	--	--	228,90
Paula Alexandra Martins Fonseca	Membro A. M.	--	--	76,30
Paula Cristina Silva Moreira	Membro A. M.	--	--	686,70
Paulo Miguel Silva Santos	Membro A. M.	--	--	305,20
Pedro Filipe da Rocha Almeida	Membro A. M.	--	--	152,60
Rute Susete da Silva Aguiar Moreira	Membro A. M.	--	--	76,30
Sandra Maria Nunes Ribeiro da Silva Rebelo	Membro A. M.	--	--	305,20
Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa	Membro A. M.	--	--	381,50
Tiago Alexandre Gaspar Sabença	Membro A. M.	--	--	457,80
Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio	Membro A. M.	--	--	686,70
Tiago Manuel Venâncio Meirinhos	Membro A. M.	--	--	305,20
<b>Totais</b>		<b>234 426,07</b>	<b>90 053,73</b>	<b>186 261,28</b>

Fonte: Declarações emitidas pelo Município no âmbito do n.º1 alínea b), do artigo 119.º do Código do IRS

## Evolução de Rácios

O quadro seguinte permite observar a evolução de um conjunto de indicadores de gestão que sustentam as análises apresentadas.

QUADRO Nº 48

RÁCIOS	2016	2017	2018	2019	Observações
Impostos Locais / Receita corrente	46,84%	46,89%	50,83%	<b>51,49%</b>	Peso dos diversos agregados orçamentais na Receita corrente, de capital e total
Transferências correntes / Receita corrente	33,64%	33,01%	30,66%	<b>29,27%</b>	
Pessoal/ Receita corrente	35,07%	34,25%	33,59%	<b>30,70%</b>	
Despesa corrente/ Receita corrente	77,06%	80,47%	107,24%	<b>76,00%</b>	
Receitas próprias correntes/ Receita corrente	66,36%	66,99%	69,34%	<b>70,73%</b>	
Fundo municipal corrente/ Receita corrente	29,29%	28,84%	13,66%	<b>13,07%</b>	
Transferências de capital / Receita de capital	85,58%	99,94%	100,00%	<b>97,44%</b>	
Fundo municipal de capital/ Receita de capital	32,17%	64,19%	2,20%	<b>16,91%</b>	
Receita corrente / Receita total	88,74%	97,21%	59,19%	<b>88,72%</b>	
Receitas próprias/ Receita total	58,88%	65,12%	41,04%	<b>62,75%</b>	
Fundos municipais/ Receita total	27,44%	29,70%	16,50%	<b>23,99%</b>	
Pessoal/ Despesa corrente	45,50%	42,56%	31,06%	<b>40,39%</b>	Peso dos diversos agregados orçamentais na Despesa corrente, de capital e total
Encargos financeiros/ Despesa corrente	1,54%	1,23%	0,76%	<b>0,72%</b>	
Despesas de funcionamento/ Despesa corrente	87,97%	87,95%	91,45%	<b>86,85%</b>	
Investimento/ Despesa de capital	31,32%	52,00%	39,22%	<b>77,99%</b>	
Passivos financeiros/ Despesa de capital	57,60%	35,54%	57,05%	<b>16,89%</b>	
Despesas de funcionamento/ Despesa total	67,35%	67,53%	58,49%	<b>60,05%</b>	
Receitas próprias/ Despesa total	65,93%	63,92%	41,46%	<b>64,35%</b>	
Pessoal/ Aquisição de Serviços	133,10%	120,15%	117,09%	<b>106,36%</b>	Peso dos custos c/ pessoal nas aquisições de serviços
Encargos financeiros/ Serviço da dívida	8,02%	10,28%	2,32%	<b>8,74%</b>	Peso dos juros empréstimos mlp no serviço da dívida
Reembolso de capitais/ Serviço da dívida	91,98%	89,72%	97,68%	<b>91,26%</b>	Peso das amortizações emp. mlp no serviço da dívida
Serviço da dívida/ Receita corrente	14,78%	9,66%	34,77%	<b>6,27%</b>	Peso dos juros e das amortizações de empréstimos de mlp, na Receita corrente e Despesa total
Serviço da dívida/ Despesa total	14,68%	9,20%	20,79%	<b>5,71%</b>	
Pessoal/ População residente	116,30 €	118,16 €	126,68 €	<b>129,56 €</b>	a)
Investimento/ População residente	24,51 €	43,65 €	90,14 €	<b>111,61 €</b>	a)
Impostos Locais/ População residente	155,35 €	161,77 €	193,81 €	<b>217,31 €</b>	a)
Investimento/ Área municipal	311,05 €	554,71 €	1 152,69 €	<b>1 432,22 €</b>	Investimento anual por Km <sup>2</sup> da área do Concelho
Receita cobrada/habitante	373,77 €	394,81 €	676,82 €	<b>516,07 €</b>	a)
Compromissos por executar/habitante	8,65 €	31,94 €	52,69 €	<b>38,02 €</b>	a)
Dívida total/habitante	422,03 €	379,31 €	287,14 €	<b>267,36 €</b>	a)

Nota:

a) Dados população residente considerados: 2016: 95.188; 2017: 95.300; 2018: 95.908; 2019: 96.239

**ESTRUTURA EVOLUTIVA**

**do ORÇAMENTO**

**2019**

## ESTRUTURA EVOLUTIVA DO ORÇAMENTO

### Evolução da Receita

A figura e o quadro seguintes permitem visualizar não só a evolução global das receitas mas também o comportamento de cada uma das suas componentes económicas correntes e de capital. Na receita global, quando comparada com o ano anterior, verifica-se um diminuição de 25,90%, fruto dos empréstimos contraídos em 2018, no valor de 20.698.855,39€, sem os quais o orçamento a receita de 2019 apresenta um aumento de 11,44%, relativamente ao ano transato.

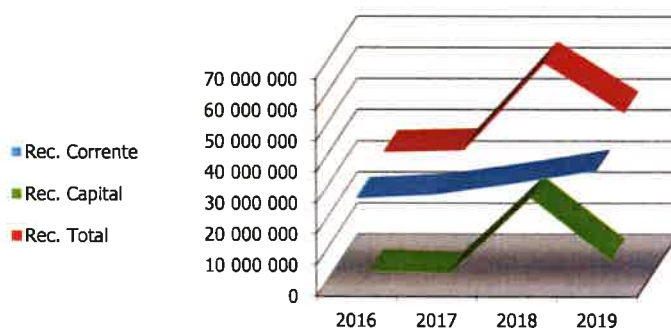
QUADRO Nº 48

V. Euros

Receita	Anos	2016	2017	Var. %	2018	Var. %	2019	Var. %
<b>Corrente</b>								
Impostos Diretos e Indiretos		14 787 223,37	15 416 782,34	4,26%	18 587 975,73	20,57%	20 913 332,84	12,51%
Taxas, Multas O.Penalidades		637 068,48	1 026 351,13	61,11%	485 163,48	-52,73%	545 392,76	12,41%
Rendimentos de Propriedade		1 741 515,40	1 744 569,12	0,18%	1 873 623,97	7,40%	2 652 933,16	41,59%
Transferências Correntes		10 620 606,83	10 854 386,99	2,20%	11 210 753,93	3,28%	11 889 509,86	6,05%
Venda de Bens e Serviços		3 662 326,70	3 694 438,46	0,88%	4 071 742,70	10,21%	4 543 122,93	11,58%
Outras Receitas Correntes		186 281,71	142 824,12	-23,33%	336 195,62	135,39%	72 901,03	-78,32%
<b>Total</b>		<b>31 635 022,49</b>	<b>32 879 352,16</b>	<b>3,93%</b>	<b>36 565 455,43</b>	<b>11,21%</b>	<b>40 617 192,58</b>	<b>11,08%</b>
<b>Capital</b>								
Venda de bens de investimento		0,00	510,00		0,00	-100,00%	131 804,55	
Transferência Capital		1 375 726,61	876 014,22	-36,32%	4 497 366,69	413,39%	5 018 171,89	11,58%
Passivos Financeiros		231 840,00	0,00	-100,00%	20 698 855,39		0,00	-100,00%
<b>Total</b>		<b>1 614 466,61</b>	<b>883 424,22</b>	<b>-45,28%</b>	<b>25 203 122,08</b>	<b>2752,89%</b>	<b>5 149 976,44</b>	<b>-79,57%</b>
Reposições não abatidas aos pagamentos		16 468,17	65 879,44	300%	13 777,90	-79%	14 605,29	6,01%
<b>Total Geral</b>		<b>33 265 957,27</b>	<b>33 828 655,82</b>	<b>1,69%</b>	<b>61 782 355,41</b>	<b>82,63%</b>	<b>45 781 774,31</b>	<b>-25,90%</b>

### Representação gráfica da estrutura evolutiva da Receita cobrada

FIGURA 28



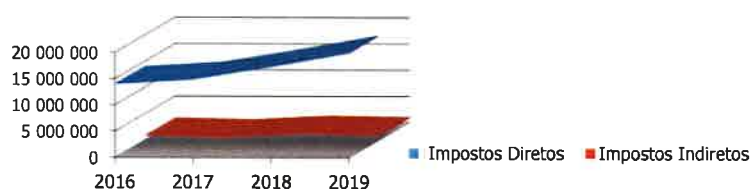
## Evolução da Receita Fiscal

Atendendo à sua importância, nos quadros seguintes observa-se o comportamento da receita fiscal, composta por Impostos locais, taxas, multas e outras penalidades.

QUADRO Nº 49 V. Euros

Rec. Fiscais	Anos	2016	2017	Var. %	2018	Var. %	2019	Var. %
<b>Impostos Diretos</b>		<b>13 967 160,08</b>	<b>14 876 715,10</b>	6,51%	<b>17 312 914,95</b>	16,38%	<b>19 939 651,39</b>	15,17%
Imposto Mun s/ Imóveis		8 888 505,64	8 953 514,61	0,73%	11 021 775,22	23,10%	10 989 751,87	-0,29%
Imp Único Circulação		1 806 490,54	1 937 335,38	7%	2 095 253,58	8,15%	2 200 852,07	5,04%
Imp Mun Trans Oner Imóveis		1 858 729,85	2 524 399,91	35,81%	3 219 704,44	27,54%	4 655 333,69	44,59%
Derrama		1 411 629,25	1 461 465,20	3,53%	975 497,65	-33,25%	2 092 936,41	114,55%
Impostos abolidos:								
Contribuição Autárquica		1 804,80	0,00	-100%	684,06		777,35	13,64%
<b>Impostos Indiretos</b>		<b>820 063,29</b>	<b>540 067,24</b>	-34,14%	<b>1 275 060,78</b>	136,09%	<b>973 681,45</b>	-23,64%
Loteamentos e obras		600 382,74	122 276,08	-79,63%	77 002,43	-37,03%	387 746,84	403,55%
Ocupação da Via Pública		60 041,00	174 794,51	191,13%	543 234,59	210,78%	361 272,78	-33,50%
Publicidade		37 550,66	40 054,08	6,67%	47 868,62	19,51%	43 823,78	-8,45%
TMDP		0,00	22 501,46		41 090,47	82,61%	35 868,85	-12,71%
TDFTH		215,43	300,32	39,40%	0,00	-100%	392,70	
Outros		121 873,46	180 140,79	47,81%	565 864,67	214,12%	144 576,50	-74,45%
<b>Total Geral</b>		<b>14 787 223,37</b>	<b>15 416 782,34</b>	4,26%	<b>18 587 975,73</b>	20,57%	<b>20 913 332,84</b>	12,51%

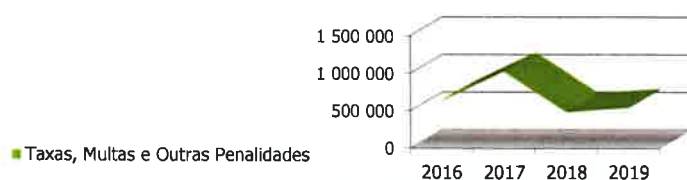
FIGURA 29



QUADRO Nº 50 V. Euros

Rec. Fiscais	Anos	2016	2017	Var. %	2018	Var. %	2019	Var. %
<b>Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>		<b>637 068,48</b>	<b>1 026 351,13</b>	61,11%	<b>485 163,48</b>	-52,73%	<b>545 392,76</b>	12,41%
Loteamentos e obras		423 191,43	175 923,30	-58%	88 396,75	-49,75%	269 104,58	204,43%
Ocupação da via pública		6 783,07	11 989,35	76,75%	22 390,21	86,75%	20 755,01	-7,30%
TDFTH		85,17	80,01	-6,06%	126,25	57,79%	178,50	41,39%
Taxa p/ emissão cert registo		67,50	90,00	33,33%	0,00	-100,00%	0,00	
Outras		65 570,71	108 548,40	65,54%	261 016,83	140,46%	112 996,93	-56,71%
Juros de mora		107 187,74	718 364,40	570,19%	68 476,63	-90,47%	68 510,85	0,05%
Coimas penalid. contra orden.		33 689,01	11 159,54	-66,87%	30 508,57	173,39%	73 083,56	139,55%
Multas e penalidades diversas		493,85	196,13	-60,29%	14 248,24	7164,69%	763,33	-94,64%

FIGURA 30



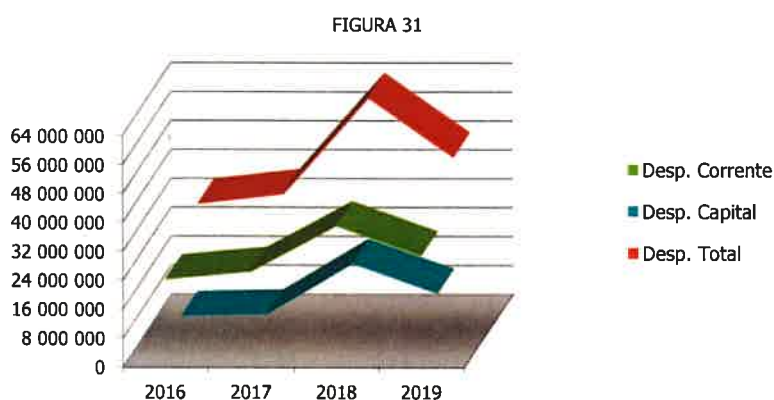
## Evolução da Despesa

O quadro seguinte demonstra a evolução da despesa paga no último quadriênio.

QUADRO Nº 51 V. Euros

Despesa	Anos	2016	2017	Var. %	2018	Var. %	2019	Var. %
<b>Corrente</b>								
Pessoal		11 070 383,16	11 260 669,90	1,72%	12 149 524,67	7,89%	12 468 358,84	2,62%
Aquis. Bens Serviços		9 965 936,73	11 139 726,58	11,78%	22 373 238,16	100,84%	12 506 341,14	-44,10%
Juros e outros encargos		374 123,32	325 875,47	-12,90%	298 656,81	-8,35%	222 765,18	-25,41%
Transf. Correntes		2 549 060,71	2 799 334,51	9,82%	2 949 066,54	5,35%	3 317 515,00	12,49%
Subsídios			62 788,03		95 924,84	52,78%	519 542,33	441,61%
O. Desp. Correntes		369 475,49	870 202,27	135,52%	1 250 737,49	43,73%	1 829 996,57	46,31%
<b>Total</b>		<b>24 328 979,41</b>	<b>26 458 596,76</b>	<b>8,75%</b>	<b>39 117 148,51</b>	<b>47,84%</b>	<b>30 864 519,06</b>	<b>-21,10%</b>
<b>Capital</b>								
Investimentos		2 332 892,45	4 160 304,50	78,33%	8 605 536,49	106,85%	10 741 685,33	24,82%
Transferências de Capital		579 290,02	760 739,97	31,32%	642 827,41	-15,50%	587 370,88	-8,63%
Ativos financeiros		246 184,00	236 434,00	-3,96%	177 325,50	-25,00%	118 217,00	-33,33%
Passivos Financeiros		4 290 916,88	2 843 205,16	-33,74%	12 575 144,14	342,29%	2 325 768,63	-81,51%
<b>Total</b>		<b>7 449 283,35</b>	<b>8 000 683,63</b>	<b>7,40%</b>	<b>22 000 833,54</b>	<b>174,99%</b>	<b>13 773 041,84</b>	<b>-37,40%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>31 778 262,76</b>	<b>34 459 280,39</b>	<b>8,44%</b>	<b>61 117 982,05</b>	<b>77,36%</b>	<b>44 637 560,90</b>	<b>-26,96%</b>

## Representação gráfica da evolução da Despesa



**CONTABILIDADE**

**de CUSTOS**

**2019**

## Contabilidade de Custos

No actual contexto económico-financeiro nacional, em que os organismos públicos se encontram sujeitos a medidas restritivas no que toca à assunção de despesa e com o acréscimo constante das competências das Autarquias, a informação facultada pelas demonstrações financeiras revela-se escassa, assumido a contabilidade de custos um importante papel de apoio à gestão pública.

Apesar da implementação da Contabilidade de Custos no apuramento dos custos por funções, e dos custos inerentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços, estar prevista no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, são ainda poucos os Municípios que conseguem apurar o custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respetivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros, conforme estipulado no ponto 2.8.3.2. do aludido diploma.

No Município de Valongo, o sistema de Contabilidade de Custos tem vindo a assumir-se como um importante instrumento de gestão, na medida em que permite, com maior exatidão, analisar e controlar os custos, clarificar a aplicação dos recursos públicos numa perspectiva de economia, eficiência e eficácia, assumindo-se como uma ferramenta essencial ao planeamento e tomada de decisão do executivo municipal.

A Contabilidade de Custos permite a obtenção de informação adicional para a gestão, através do apuramento dos custos por funções, dos custos de produção e prestação de serviços, dos custos de utilização de equipamentos e infraestruturas de natureza diversa e de utilização coletiva. O rigor e o detalhe que caracterizam a informação obtida contribuem grandemente para uma maior transparência das decisões autárquicas no seu relacionamento com contribuintes e utentes, entidades credoras, administração central e demais entidades de controlo externo.














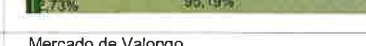



Enquanto a informação contabilística orçamental tem por base uma ótica de caixa, de recebimentos e pagamentos, a Contabilidade de Custos tem por base os custos e proveitos do exercício, seguindo o Princípio da Especialização. Por outro lado, a Contabilidade de Custos baseia-se no registo e controlo de todos os movimentos internos, fator que a distingue da Contabilidade Patrimonial, que tem por objeto principal, as relações do Município com o exterior.

Outro aspeto diferenciador da Contabilidade de Custos, de acordo com o ponto 2.8.3.3. do POCAL, é o cálculo de custos indiretos, custos que devem ser calculados segundo coeficientes de imputação de cada função, bem ou serviço, correspondendo à percentagem do total dos respetivos custos diretos, face ao total geral dos custos diretos apurados em todas as funções, bens ou serviços.

Assim, no âmbito da Contabilidade de Custos, são apurados os seguintes tipos de Custos:

- Custos diretos a funções e diretos a bens e serviços (ex.: vencimentos, aquisições de bens e serviços e transferências correntes diretamente imputáveis);
- Custos diretos a funções e indiretos a bens ou serviços – custos repartidos pelos bens e serviços das funções a que respeitam (ex.: amortizações do exercício do imobilizado);
- Custos indiretos a funções e bens e serviços - custos imputados, depois de apurados os custos diretos por função, através de um coeficiente de imputação;
- Custos não incorporáveis – custos que pela sua natureza ou causa não são afetos a funções, bens ou serviços.

Desde 2014, ano da sua implementação, o sistema de Contabilidade de Custos tem vindo a sofrer sucessivos ajustamentos no sentido de se adequar à realidade envolvente, sempre com o intuito de maximizar o rigor e a fiabilidade da informação produzida.

Funções (Classificação funcional - Ponto 10.1 POCAL)	Custos anuais	Função / Total	Descrição do âmbito da Função
<b>111 Administração geral</b> Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	10 529 968,99 2 628 635,99 692 630,19 1 936 005,80 7 901 333,00	24,28%	Infraestruturas e serviços Municipais não imputáveis às restantes funções 
<b>121 Proteção civil e luta contra incêndios</b> Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	302 572,72 194 482,90 69 985,80 124 497,10 108 089,82	0,70%	Serviços de Proteção Civil e Proteção da Floresta, Bombeiros Voluntários 
<b>211 Ensino não superior</b> Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	2 803 135,38 1 386 562,44 816 453,91 570 108,53 1 416 572,94	6,46%	Infraestruturas Educativas 
<b>212 Serviços auxiliares de ensino</b> Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	2 553 323,15 2 465 162,16 227 414,46 2 237 747,70 88 160,99	5,89%	Atividades e serviços no âmbito da Intervenção Educativa 
<b>232 Ação social</b> Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	1 729 699,83 1 039 457,43 525 906,92 513 550,51 690 242,40	3,99%	Infraestruturas, atividades e serviços da Ação Social, Cidadania e Igualdade 
<b>241 Habitação</b> Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	583 721,66 31 652,34 1 817,37 29 834,97 552 069,32	1,35%	Empreendimentos de habitação social 
<b>242 Ordenamento do território</b> Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	108 469,20 62 022,55 1 577,24 60 445,31 46 446,65	0,25%	Plano Diretor Municipal, cartografia vetorial 
<b>243 Saneamento</b> Custos diretos a bens e serviços Custos indiretos a bens e serviços e a funções	48 196,36 580,89 47 615,47	0,11%	Custos imputados à ETAR e ETA de Couce 
<b>244 Abastecimento de água</b> Custos indiretos a bens e serviços e a funções	276 125,94 276 125,94	0,64%	Custos imputados aos Reservatórios de abastecimento de água
<b>245 Resíduos sólidos</b> Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	4 564 772,59 3 226 275,65 217 289,58 3 008 986,07 1 338 496,94	10,52%	Ecocentros, recolha de resíduos sólidos e serviços diversos de Higiene Urbana 
<b>246 Proteção meio ambiente conservação da natureza</b> Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	1 018 060,58 374 915,50 177 431,27 197 484,23 643 145,08	2,35%	Manutenção dos parques e jardins municipais, atividades de cariz Ambiental 
<b>251 Cultura</b> Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	2 817 076,18 2 043 798,14 854 714,32 1 189 083,82 773 278,04	6,49%	Infraestruturas e atividades no âmbito da Cultura, Turismo e Juventude 
<b>252 Desporto, recreio e lazer</b> Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	2 516 931,53 1 857 591,43 610 248,73 1 247 342,70 659 340,10	5,80%	Infraestruturas e atividades desportivas, de recreio e lazer 
<b>320 Indústria e energia</b> Custos diretos a bens e serviços Custos indiretos a bens e serviços e a funções	904 379,65 857 425,05 46 954,60	2,09%	Iluminação pública e Zona Industrial 
<b>331 Transportes rodoviários</b> Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	10 028 378,91 482 678,03 209 111,56 273 566,47 9 545 700,88	23,12%	Intervenções e manutenções nas vias e arruamentos do Município 
<b>341 Mercados e feiras</b> Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	9 579,01 6 573,07 2 708,54 3 864,53 3 005,94	0,02%	Mercado de Valongo 
<b>350 Outras funções económicas</b> Custos indiretos a bens e serviços e a funções	17 402,73 17 402,73	0,04%	Funções económicas residuais
<b>410 Operações dívida autárquica</b> Custos indiretos a bens e serviços e a funções	222 505,08 222 505,08	0,51%	Juros suportados e outros custos e perdas financeiras
<b>420 Transferências entre administrações</b> Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	1 691 163,06 1 449 385,65 228 018,96 1 221 366,69 241 777,41	3,90%	Acordos de execução com as Juntas de Freguesia e respetivos apoios pontuais 
<b>430 Diversas não especificadas</b> Custos diretos a bens e serviços: Mão de obra direta Outros custos diretos Custos indiretos a bens e serviços e a funções	648 602,97 249 810,85 61 297,72 188 513,13 398 792,12	1,50%	Custos com máquinas e viaturas do Município não incluídos no cálculo do custo hora 
<b>Totais</b>	<b>43 374 065,52</b>	<b>100%</b>	

## Custos diretos a Bens e Serviços



## Custos totais imputados

